

Universidade de Lisboa

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



**Periurbanização na Lezíria do Tejo: Sustentabilidade e Políticas
Públicas**

Flávio Aparecido da Costa Assumpção

Dissertação de Mestrado orientada pela Prof^a Doutora Margarida Queirós

Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo

2015

Universidade de Lisboa

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



**Periurbanização na Lezíria do Tejo: Sustentabilidade e Políticas
Públicas**

Flávio Aparecido da Costa Assumpção

Dissertação de Mestrado orientada pela Prof^a Doutora Margarida Queirós

Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo

2015

Em que medida poderemos retirar partido do estímulo à aprendizagem, à mudança, e à inovação social que os actuais processos de convergência transnacional de diferentes culturas e sistemas de ordenamento do território representam, de forma a construir uma política pública de ordenamento do território mais eficiente e resiliente?

João Ferrão, 2011:29

AGRADECIMENTOS

Ao lembrar a trajetória de produção desta obra acadêmica, faz-se imperioso consignar os meus sinceros agradecimentos ao estimado casal Senhor Virgílio Pestanha e Senhora Ana Pestanha, porquanto foram fundamentais no que diz respeito ao despertar do meu interesse para as questões da agricultura biológica, bem como no que toca ao apoio incondicional oferecido, tanto no alojamento durante a pesquisa de campo, como na aproximação com a AGROBIO.

Saliento minha imensa gratidão a minha Mestra, professora Margarida, que não poupou esforços e transcendeu sua função de orientar, motivando-me em cada etapa do desenvolvimento do presente trabalho.

Importante ainda, agradecer ao projecto DAUME, nomeadamente a Doutora Patrícia Abrantes por ter “aberto as portas” e assim, ter tornado viável a realização desta dissertação.

Registro também minhas considerações a AEIGOT (Associação dos Estudantes do Instituto de Geografia e Ordenamento do território) pelo esforço no apoio a acomodação, inserção cultural, desportiva e social, destancando nas pessoas do João Barroso e Marcelo Ferreira que foram intermediadores neste processo.

Agradeço aos meus verdadeiros amigos, pela atenção ininterrupta e amizade sincera, que tanto me ajudaram nas horas escuras e adversidades enfrentadas.

Por derradeiro, registro os meus mais profundos agradecimentos ao Clã Lisboa Assumpção, minha amada Família, que, inspirados pelo amor Divino, sempre envidaram todos os esforços possíveis, numa luta árdua e diária, para garantir o meu bem estar, higidez física e moral. Destaco, em especial, os meus irmãos João, Toninho, Zéca, Deja, Itamar, Ezequiel e Sueli, por serem figuras essenciais em minha formação como cidadão e profissional, pois, cada um, embuído do mais genuíno amor e abnegação, contribui da forma mais positiva para a minha felicidade.

RESUMO

Enquanto política pública, o ordenamento do território apela à transversalidade, à cidadania, bem como à integração das políticas públicas. Diante do território limitado, construído sob um forte sentido de identidade, pertença e de valor patrimonial, não basta a existência de instrumentos de gestão territorial, pois é necessário o desenvolvimento de uma cultura cívica valorizadora.

Neste panorama, a articulação entre instrumentos de desenvolvimento territorial e a cultura de ordenamento do território materializa os principais óbices que as políticas públicas enfrentam para se solidificar, pois o território está sujeito às pressões das políticas setoriais que, na sua dificuldade de coordenação, produzem impactos territoriais.

A região metropolitana de Lisboa (em termos funcionais, as NUTS da AML e, a Norte, as NUTS do Oeste, da Lezíria e do Médio Tejo integradas na lógica de estruturação funcional desta região) concentra uma parte significativa da população portuguesa e da atividade económica. Nela, ainda se verificou uma acentuada dinâmica de construção e edificação, também resultante da concretização de grandes infraestruturas rodoviárias que aumentaram a mobilidade das empresas e das pessoas, desenvolvendo um mercado de habitação muito ativo, dando origem, à procura de segunda habitação. A fragmentação do território metropolitano, hoje, é uma evidência, colocando inúmeros desafios à região, destacando-se a mobilidade sustentável, a coesão social, a proteção do património natural e a preservação do que resta de um mundo rural em desaparecimento, particularmente, na Lezíria do Tejo.

Com efeito, constituindo-se como uma área do país com agricultura de mercado dinâmica e competitiva, a Lezíria do Tejo é muito pressionada pela atividade agroindustrial ligada à exploração de recursos naturais, bem como se sujeita à pressão da urbanização recente (residencial, empresarial e turística e respetivas valorizações especulativas) e da edificação dispersa, colocando em risco, muito particularmente, os seus solos agrícolas e recursos hídricos, mas também, modos de vida ligados à agricultura.

Esta pressão urbanística tem colocado a questão do significado da cidade, cujo modelo de crescimento e organização se tem alterado significativamente nos últimos 30 anos. Se cidade era como um ponto no mapa, com forma, fronteiras e centro bem delimitados, hodiernamente, não o é mais, pois transformou-se em algo com recorte impreciso e multi-

centros, desenhando territórios fragmentados, de múltiplos caminhos, composto por mosaicos complexos, traduzindo aquilo que Portas et al (2012) apresentaram como a urbanização expansiva.

A urbanização expansiva resulta, assim, de um processo multiescalar mobilizado por atores também muito distintos e tem dado origem a novos conceitos: cidade difusa, cidade dispersa, *urban sprawl*, periurbanização, etc. Em oposição, o campo que contrastava com a cidade, também perdeu a sua forma e legibilidade tradicional, pois as novas agriculturas competitivas de mercado, produzidas por empresários agrícolas que se fizeram acompanhar por paisagens salpicadas pelas novas edificações, são um resultado de sociedades ex-rurais e da erosão do agricultor camponês.

Dos múltiplos aspetos que constroem a complexidade da Lezíria do Tejo, enquanto território integrado na lógica funcional metropolitana, destacam-se a periferização da população, das funções urbanas e das atividades económicas, colocando em dúvida a eficácia do ordenamento do território e dos seus mecanismos e instrumentos nestes territórios. Propusemos, por este motivo, nesta investigação, relacionar o surgimento e as características dos territórios periurbanos com o desafio do século XXI, o de um desenvolvimento sustentável, a partir da raiz do seu uso: social, ambiental, económico e político. Para o caso em estudo, a Lezíria do Tejo, região tradicionalmente rural e próxima da Área Metropolitana de Lisboa e (se não evitado), a nova fronteira urbana desse espaço.

A Lezíria do Tejo é um território de elevada produtividade agrícola e da terra, pela sua qualidade intrínseca, mas fortemente ameaçado face à urbanização expansiva – necessitado de medidas de salvaguarda do solo e das atividades a ele ligadas. A riqueza do solo, a cobertura florestal, as culturas de regadio, o arroz, a vinha, o olival, os prados e as pastagens, fazem parte da sua paisagem tradicional e uma estratégia ordenamento do território onde os valores ambientais e de desenvolvimento sustentável para a região, passa inelutavelmente pela agricultura e o desenvolvimento rural que valoriza e protege os recursos existentes.

Neste contexto, a agricultura biológica como uma forma de produção que respeita os ciclos de vida naturais, minimiza o impacto humano sobre o ambiente e propicia a associatividades do agricultor, apresenta-se como um dos vetores do desenvolvimento

estratégico da Lezíria. A agricultura biológica desempenha uma função ambiental preservando os recursos naturais, uma função económica no contexto de nichos de mercado específicos e exigentes e uma função social, já que promove o associativismo e a coesão social. Por último, e não menos importante, desempenha uma função política, por reafirmar a necessidade de se debaterem propositivamente as alternativas a ameaças como a exclusão social, a fome, e a vida pouco saudável, num quadro de políticas preparadas para o impacto das alterações climáticas em setores socioeconómicos e biofísicos. Esta funcionalidade associada à agricultura biológica será uma opção estratégica para o desenvolvimento do território da Lezíria do Tejo, que não seja exclusivamente um resultado de um processo de urbanização fragmentado e desintegrador da legibilidade deste território.

ABSTRACT

Public policy and spatial planning calls for a crossover and integration between them to find a citizenship. Being the territory limited and built on a deep sense of identity and belonging, and asset value, not just the existence of territorial management tools, it is necessary to develop a popular culture that values spatial planning. It is precisely this link between territorial development planning instruments and the culture of planning that public policies have had difficulty in building. The territory is subject to the pressures of sectorial policies that, with its difficulties to coordinate, impacts the territory.

The metropolitan area of Lisbon (in functional terms, the NUTS of AML and to the north, the West NUTS, Lezíria e Médio Tejo integrated into the logic of functional structuring of the region), focuses a significant portion of its population and economic activity. There was also a marked dynamics of building and construction in the area, also resulting from the implementation of major road infrastructure that increased mobility of companies and people, and developed a very active housing market, raising the demand for second homes. The fragmentation of the metropolitan territory is now evident, placing a bunch of challenges to the region, highlighting, sustainable mobility, social cohesion, protection of natural heritage and the preservation of what remains of a disappearing rural world, particularly at the Wet area around the Tagus River. Indeed, as an area of the country with a dynamic and competitive market agriculture, the Lezíria do Tejo is hard-pressed by the agroindustrial activity, linked to the exploitation of natural resources, but also by the pressure of recent urbanization (residential, business and tourist and respective speculative valuations) and dispersed building, particularly endangering their agricultural land and water resources, but also lifestyles linked to agriculture.

This urban pressure has put the question of the meaning of the city whose growth model and organization has changed significantly in the last 30 years. If the city was like a dot on a map, with shape, boundaries and clearly defined center, today it is not over, it turned into something with inaccurate cropping and multi-centers, drawing fragmented territories, multipath, composed of complex mosaics, translating what Domingues (2012; 2015) presents itself as the expansive urbanization. The expansive urbanization results of a multiscaled process mobilized by actors also very distinct and have given rise to new

concepts: the diffused city, the dispersed city, urban sprawl, peri-urbanization, etc. In contrast, the field that opposed with the city also lost its form and traditional readability. In fact, the new competitive agriculture market, produced by agricultural entrepreneurs, who were accompanied by landscapes dotted by new buildings, are a result of former rural societies and the erosion of traditional peasant farmers.

The multiple aspects that build the complexity of Lezíria do Tejo, as an integrated territory in the metropolitan functional logic, highlights the periphery of the population of urban functions and economic activities, raising questions about the effectiveness of spatial planning and its mechanisms and instruments in these territories. So it's proposed in this investigation, to relate the appearance and characteristics of peri-urban territories with the challenges of the XXI century, sustainable development, from the root of its use: social, environmental, economic and political dynamic. For the case under study, Lezíria do Tejo, traditionally rural region near the Lisbon Metropolitan Area and (if not avoided), the new urban frontier of that space.

The Lezíria do Tejo is a land of high agricultural productivity, through its intrinsic quality but highly threatened due to the expansive urbanization – and because of this, the area needs of soil protection measures and activities related to it. The forest cover, irrigated crops, rice, vineyards, olive groves, meadows and pastures are part of its traditional landscape and regional planning and environmental sustainability strategy for the region, passes through agriculture and rural development that values and protects existing resources. In this context, organic farming as a way of production that respects the natural life cycles, minimizes human impact on the environment and provides associativity of the farmer, presents itself as one of the vectors of the strategic development of Lezíria. Organic farming performs an environmental role preserving natural resources, an economic function in the context of specific and demanding niche markets and a social function, since it promotes the association and social cohesion. Last but not least, It performs a political function, by constantly reaffirming the need to discuss alternative proposals to threats such as social exclusion, hunger, and healthy living, in a policy framework prepared for the impact of climate change in socio-economic and biophysical sectors. This feature associated with organic farming is a strategic option for the development of the territory of Lezíria do Tejo.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO.....	v
ÍNDICE DE FIGURAS.....	xi
LISTA DE ABREVIATURAS	xiii
INTRODUÇÃO	14
PARTE 1	19
A Questão Periurbana	19
CAPÍTULO 1.....	20
Periurbanização: Dificuldade na sua definição.....	20
1.1 Origens do conceito	20
1.2 Dispersão urbana, cidade difusa, fragmentação urbana, franja urbana, rurbanização e urbanização expansiva	26
1.3 A periurbanização em Portugal	40
CAPÍTULO 2.....	43
A agricultura urbana e periurbana	43
2.1 As agriculturas urbana e periurbana	43
2.2 Fragilidades da agricultura urbana e periurbana	47
PARTE 2	50
Caso de estudo: Periurbanização e Sustentabilidade na Lezíria do Tejo	50
CAPÍTULO 3.....	51
Contexto geográfico e histórico da Lezíria do Tejo.....	51
3.1 Características gerais dos concelhos da Lezíria do Tejo (NUTS III)	53
3.2 Breve história da Companhia das Lezírias	57
CAPÍTULO 4.....	61
Periurbanização na Lezíria do Tejo	61
CAPÍTULO 5.....	70
Sustentabilidade da Lezíria do Tejo num quadro de periurbanização: a agricultura biológica	70
5.1 Cultivo e rentabilidade da Agricultura Biológica	72
5.2 A Agricultura Biológica em Portugal	73
CAPÍTULO 6.....	75

O associativismo como forma de resistência ao modelo de expansão urbana na Lezíria do Tejo	75
6.1 Organizações de produtores biológicos de Portugal	76
6.2 A AGROBIO, Associação Portuguesa de Agricultura Biológica	79
6.3 O paradigma entre a periurbanização e o associativismo na Lezíria do Tejo	82
CONCLUSÕES	87
ANEXO	99

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Organograma conceptual dos incadores do periurbano (considerando a presença da agricultura).....	33
Figura 2:Diagrama do uso do solo nas franjas rural-urbano	38
Figura 3: Fluxo de água e uso do solo na produção agrícola em áreas urbanas e periurbanas ...	48
Figura 4: Localização geográfica da NUTS III Lezíria do Tejo.....	52
Figura 5: População Total - Lezíria do Tejo (NUTS III) – (2012)	55
Figura 6: Área afeta à Companhia das Lezírias (2000)	59
Figura 7: Espaço de Coudelaria da Companhia das Lezírias	60
Figura 8: Artificialização do solo na NUTS III Lezíria do Tejo (1990-2006)	62
Figura 9: Movimentos Pendulares na NUTS III Lezíria do Tejo (2011)	64
Figura 10: Representação da tipologia socioeconómica da AML (2011)	67
Figura 11: Mercado Biológico – Campo Pequeno, Lisboa	81
Figura 12: Número de produtores sem CAT e área de produção (2014)	83

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Participantes dos Ateliers DAUME (2014).....	17
Quadro 2:Terminologia para “periurbano” de acordo com diferentes línguas.	22
Quadro 3:Padrões de análise do território periurbano.	29
Quadro 4: Exemplo de parâmetros definidores de “área urbana”	32

Quadro 5:Relação dos conceitos e indicadores referenciados	34
Quadro 6: Fatores da “dispersão urbana” segundo a Agência Europeia do Ambiente	39
Quadro 7:Variação da população ativa do Concelho de Leiria por Ramos de Atividade.....	42
Quadro 8: Variação Populacional na Lezíria do Tejo e Portugal (1981-2013)	53
Quadro 9: Ameaças identificadas no diagnóstico estratégico do PROT OVT para a Lezíria do Tejo	65
Quadro 10: Organizações de Produtores Biológicos em Portugal	77
Quadro 11: Número de Produtores Associados à AGROBIO com CAT e Área de Produção (2014)	83

LISTA DE ABREVIATURAS

AB – Agricultura Biológica

AGROBIO – Associação Portuguesa de Agricultura Biológica

AML – Área Metropolitana de Lisboa

ANR - Agence Nationale de La Recherche

APU – Áreas Periurbanas

CCDR-LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo

CL – Companhia das Lezírias

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

DAUME – Durabilidade da Agricultura Urbana no Mediterrâneo

INE – Instituto Nacional de Estatísticas

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

RAU – Rede Agricultura Urbana

TP – Territórios Periurbanos

INTRODUÇÃO

A estrutura de produção da cidade contemporânea em pouco se alterou nas últimas décadas. De uma forma geral, o modo de produção capitalista, alicerçado na exploração do “homem pelo homem” e no consumo, continuam fundamentais para manutenção dessa hegemonia. No mundo considerado desenvolvido (Europa, EUA, Canadá e países da Oceania), ainda que reféns das crises cíclicas do capitalismo, esse estado de bem-estar social consolidado (habitação, alimentação, saúde e transporte) ecoa como exemplo para os países em desenvolvimento.

Para uma parte significativa do poder político, económico e financeiro, o desenvolvimento associa-se à captação de grandes projetos, como são as mega construções de rodovias ou grandes edifícios. Exemplo disso são também as obras executadas para a Copa do Mundo, na África do Sul e no Brasil e as em curso para 2018, na Rússia. O sistema capitalista exerce, portanto, um poder inegável na organização espacial. A sociedade civil, mais informada, e as organizações que a representam, apela também à participação nas questões relacionadas com o desenvolvimento, procurando influenciar decisões públicas.

Se o Estado moderno defende o interesse público e garante a sua prossecução, perante a instabilidade e a complexidade da sociedade atual, o interesse público revela-se cada vez mais o resultado de diversas forças e atores e não apenas um valor unilateralmente definido pelo Estado (Ferrão, 2011). Por isso, é necessário questionar o papel “subalterno” que o Estado tem tido em muitas situações na execução dos instrumentos de ordenamento do território.

Há, entretanto, um conjunto de elementos que “empoderam” substancialmente a população. O avanço das infraestruturas de transporte e das tecnologias de informação e de comunicação, foram fundamentais para ampliar as relações sociais e amplificaram os espaços do quotidiano. Por isso, no século XXI, entendemos a importância de discutir o “espaço periurbano” que pode ser encontrado na literatura com diversas designações: zonas de expansão urbana, áreas de crescimento urbano, pontos de dispersão ou até franjas urbanas. Pela profusão de conceitos e de processos relacionados com o território periurbano, e dadas as forças e atores que hoje atuam no território, para além do Estado, importa a procura de mecanismos que aumentem a presença da sociedade civil nas decisões que envolvem políticas públicas para melhor compreender e discutir os

fenómenos que acontecem nesse espaço de intensas interações.

Como análise mais detalhada do fenómeno, a partir de um conjunto de elementos que confirmam sua relevância, investigamos o processo de urbanização da Lezíria do Tejo, na sua relação com a Área Metropolitana de Lisboa. Neste território observa-se uma alteração socioeconómica e demográfica, uma dispersão urbana, frequentemente desorganizada e especulativa, relacionada com a proximidade a Lisboa e o crescimento de infraestruturas de transporte e logística. Em resultado, na Lezíria do Tejo verifica-se um declínio generalizado da agricultura, todavia nela subsiste uma fileira de agricultura de mercado e agricultura biológica, que ainda asseguram a função abastecedora da região metropolitana (Daume, <http://www1.montpellier.inra.fr/daume/?p=5&t=terrains>). Procuramos ainda compreender que modelo territorial e de desenvolvimento sustentável se procura para este território, cuja importância agrícola é substancial mas que se encontra ameaçada pela voracidade da “esponja urbana”, no sentido que é dado por Portas et al. (2012). Não iremos colocar o enfoque na agricultura de mercado, antes, procuramos compreender o papel da agricultura biológica e dos seus atores no contexto periurbano porque acreditamos que contribui para a sustentabilidade deste território, num quadro de defesa dos valores sociais e ambientais da região. Procuramos assim entender de que maneira as organizações associativas da agricultura biológica podem ser protagonistas no modelo de desenvolvimento da Lezíria do Tejo, promovendo a sustentabilidade deste território, num contexto de diferentes formas de coexistência de atividades socioeconómicas.

De forma que fosse possível coletar uma quantidade mais alargada de informações e dados que auxiliassem o desenvolvimento desta investigação, foram realizadas entrevistas com os atores envolvidos nas temas fundamentais a esta investigação: política pública, sustentabilidade ambiental e periurbanização. Foi também efetuado um levantamento teórico-académico sobre o tema (desde a pesquisa de teses, livros e artigos), e uma análise documental (identificação de documentos históricos, documentos de política pública nacional e da União Europeia), bem como levantamento de dados estatísticos nacionais e regionais. Procurou-se com esta pesquisa a discussão de conceitos-chave (periurbanização, sustentabilidade e políticas públicas), a sua aplicação e o enquadramento histórico regional (sua relação com a geopolítica nacional e supranacional), de modo a aprender como estes conceitos encerram processos de profunda transformação do território.

Assim, os procedimentos para realização deste trabalho passaram pela revisão bibliográfica e dos dados estatísticos, seleção, identificação dos atores, trabalho de campo e, por fim, a sistematização dos dados para a redação final. Para complementar o levantamento teórico foi necessário recorrer à elaboração de entrevistas com atores locais, regionais e nacionais. Logo no início de 2014 tivemos a oportunidade de conhecer o projecto “Hortas de Cascais” com a companhia do engenheiro responsável, André Miguel (Câmara Municipal de Cascais). A partir dessa experiência foi possível apontar as questões de funcionamento das hortas urbanas e estabelecer contacto com outras entidades envolvidas em projectos semelhantes, sobretudo, com a RAU (Rede de Agricultura Urbana e Periurbana de Portugal). Em seguida, pudemos entrevistar Miguel Malta, no Porto, professor da Escola Superior Agrária de Coimbra, o dinamizador da RAU, instituição pioneira na promoção do debate daqueles que realizam agricultura nas áreas periurbanas.

Para o contributo nas questões de sustentabilidade na Lezíria do Tejo, mais precisamente, devido ao foco desta investigação na agricultura biológica, fomos atendidos, sempre que solicitado, pela direção da AGROBIO, nas pessoas do Dr. Vírgilio Pestanha (Tesoureiro) e Dra. Alexandra Costa (Departamento Técnico).

Durante os anos de 2012 e 2013 participamos das atividades desenvolvidas pelo projecto DAUME (Durabilité des Agricultures Urbaines en Méditerranée - Sustentabilidade da Agricultura Urbana no Mediterrâneo), financiado pela Agence Nationale de La Recherche (ANR). São parceiros deste projecto as universidades de (Montpellier), Italia (Pisa), Marrocos (Meknes), Algéria (Constantina) e de Portugal, cujo objectivo principal está na identificação de maneiras alternativas de gestão do espaço periurbano vinculado com a agricultura.

Como parte de uma das tarefas estipuladas pelo projeto DAUME, foram realizados “Ateliers” nos Concelhos de Santarém e Almeirim, ambos na Lezíria do Tejo, que buscavam a construção de cenários onde se apresentam resultados de pesquisa aos agentes locais e a partir daí discutir problemas e desafios que se colocam à agricultura na Lezíria do Tejo, assim como as soluções para um desenvolvimento viável, diversificado e duradouro da agricultura. Nesses encontros pudemos assistir a uma interessante troca de

conhecimentos e perspectivas da população local, planeadores e pesquisadores e pudemos com eles a conhecer melhor a região e apreender as aspirações e os receios dos seus atores. O Quadro 1 apresenta a lista dos participantes nos ateliers, onde as suas intervenções tiveram grande relevância na concepção desta investigação.

Quadro 1: Participantes dos Ateliers DAUME (2014)

Participante	Profissão - Atividade
Vera Nunes	Funcionária Câmara Municipal (engenharia ambiental)
Marta Casimiro	Estagiária da Câmara Municipal (Ambiente),
Ana Garcia	Comunidade intermunicipal da Lezíria do Tejo
Luís Filipe Sousa	DRAPLVT (Engenharia Agrónomica)
Manuel Azoia Gabirra	Presidente da Adega Cooperativa de Almeirim
Luís Marcelino	Agricultor (Leite e Carne)/ ADS de Coruche
José Eduardo Sousa	Fálua Sociedade de Vinhos (Gestor)
Virgílio Pestana	Agricultor e proprietário da Casa da Caldeira (Agro-turismo)/ Dirigente da Agrobio e Caminhos do Ribatejo (produtor biológico)
Luís Rocha	Agricultor na Casa da Caldeira / distribuição na biosolo (produtor biológico)
Diogo Serrão	Agricultor (cererais e vários produtos/agricultura biológica)
Jorge Guerra	Mecânico reformado e agricultor – azeite e cereais
Jorge Vicente	Produtor de agricultura biológica e pequena fábrica de transformação de produtos naturais

Fonte: Relatório DAUME, 2014 (Elaboração Própria)

No âmbito das políticas públicas, no dia 24 de Junho, foi recolhida informação junto do Delegado Regional do Ribatejo, Eng. Luis Sousa, designado pelo MAMAOT (Ministério da Agricultura e do Mar), durante o Atelier “DAUME”, na Junta de Freguesia da Cortiçada, Rio Maior. Também, foi realizada uma entrevista à Dra. Linda Pereira,

técnica da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento de Lisboa e do Vale do Tejo (CCDR LVT) e que foi membro da equipa de coordenação do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT).

A partir do conjunto de informações recolhidas, quatro questões de investigação foram propostas para o desenvolvimento do trabalho:

- 1) São as políticas públicas, com impacto no Ordenamento do Território, relevantes para o desenvolvimento da relação urbano-rural?
- 2) Essa relação urbano-rural encontra-se ameaçada por lógicas de mercado que o ordenamento do território permite?
- 3) Pode a agricultura, em particular a biológica, contribuir para melhorar a qualidade dos territórios periurbanos?
- 4) De que modo a agricultura associativa nos territórios periurbanos pode se reproduzir face à urbanização expansiva?

PARTE 1

A Questão Periurbana

CAPÍTULO 1

Periurbanização: Dificuldade na sua definição

Uma parte significativa das populações urbanas modestas habita e trabalha na periferia das cidades e as suas necessidades são mal transmitidas e mal consideradas pelos poderes políticos. Porque o desafio não é lutar contra a periurbanização, a suburbanização ou a rurbanização como tais, mas organizar da forma mais urbana possível este modo de habitat e de trabalho.

François Ascher, 2012: 159

1.1 Origens do conceito

A periurbanização é um fenómeno inerente à cidade “pós-moderna”. Na realidade, o fenómeno implanta-se no território quando se vulgariza o transporte individual e os transportes públicos rodoviários, e aumenta o raio médio de deslocações casa-trabalho. É nas áreas de receção do movimento centrífugo dos estabelecimentos industriais e dos residentes com pouco poder de compra nos centros urbanos consolidados, beneficiando do menor custo do solo, ou das populações com poder de compra para adquirir habitação secundária, que se define uma extensa franja urbana de crescimento desordenado, frequentemente com disfunções funcionais e residenciais. Este fenómeno aconteceu tanto no interface das periferias das grandes cidades, como nas cidades médias, invadindo as suas áreas agrícolas, derivado também da quebra das oportunidades de emprego e declínio da agricultura (Allen, 2003).

As áreas periurbanas são normalmente definidas como os territórios em torno das cidades, que não se enquadram numa definição convencional de “rural” ou “urbano”. Em muitos países, são áreas de forte e rápido crescimento, chegando a estender-se para além de 100km do centro compacto da cidade (<http://www.latrobe.edu.au/periurban/about>).

Estas áreas são frequentemente contestadas e estão em transição, onde vários usos coexistem e apresentam-se como áreas vulneráveis à pressão que nelas se exerce, principalmente do ponto de vista da perda de biodiversidade, pois nelas se instalam paulatinamente infraestruturas e serviços e habitação.

As diferentes formas de alargamento das cidades que ocorrem hoje, fazem com que espaços anteriormente de floresta ou agrícolas, passem a atender às procuras do atual modelo de desenvolvimento urbano que, não raras vezes, preconiza a reprodução do capital de forma indiscriminada, tornando, por exemplo, as reservas florestais em parques desportivos, condomínios de habitação para as elites ou simplesmente em áreas “limpas” que servirão à bolsa imobiliária.

Em Adell (citado por Pereira, 2003: 4), encontramos que o termo periurbano é derivado da teoria das franjas urbanas. Para a autora, as alterações na composição da população no Louisiana, Estados Unidos da América, nas décadas de 1940 e 50, motivaram investigações que buscavam entender as mudanças em curso no campo e na cidade. A ideia principal era diferenciar os subúrbios das franjas urbanas; para isso, foram analisados a forma, função, uso do solo e os tipos de dispersão em relação ao núcleo da cidade.

Para Borsdorf e Hilgalgo (2009), o conceito de periurbanização tem origem em França. Outros autores, como Domingues (1995), Pereira (2004) e Gonçalves (2007), atribuem a origem do conceito à literatura anglo-saxónica. Apesar do esforço dos referidos autores em buscar a raiz da terminologia, não há um consenso, e as atribuições não estão referenciadas, dificultando uma maior precisão no reconhecimento da origem do termo. Todavia, os diferentes autores que se preocupam em estudar a periurbanização apresentam conceitos distintos mas relacionados. Em Domingues (1987), encontramos os termos “pulverização”, “padrão difuso” e “desconcentrado”. Gama (1987) menciona a invasão dos espaços imediatos à cidade. Byé e Fonte (1993) referem-se à atividade intersticial do crescimento urbano. Para Allen (2003) corresponde à perda dos atributos rurais e falta dos atributos urbanos; Mateus (2009) entende-a como a interpenetração de ambos espaços.

Na concepção de Tacoli (1998), e também de Clement (2013), o espaço periurbano é caracterizado pela ruralidade e encontra-se “aprisionado” ou incluído no sistema urbano,

descrevendo-o como as áreas que cercam as vilas e cidades. Já Duran (2006), explica a periurbanização não só como a expansão física das cidades, mas também como a disseminação progressiva dos padrões socioeconômicos e culturais inerentes ao fenômeno urbano.

Certos autores afirmam que o fenômeno periurbano é difícil de definir por ser normalmente caracterizado pela perda de aspectos rurais (perda de solo fértil, terras agrícolas, paisagem natural, etc.) ou de atributos urbanos (falta de serviços, baixa densidade, etc.), e que esta paisagem em desenvolvimento apresenta um misto de características urbanas e rurais que não raras vezes evidenciam problemas ambientais, tais como a redução de habitats naturais, destruição de solos agrícolas, impedimento à conectividade dos corredores verdes, etc. (Teixeira 2011; Allen, 2003). Apesar da inexistência de uma única palavra e definição para o termo (Quadro 2), há uma ideia comum de *espaço híbrido, desenhado entre o limite reconhecível da área urbana e uma envolvente ainda marcada por uma estrutura de uso agrícola pré-existente* (Gonçalves, 2009: 22).

Quadro 2: Terminologia para “periurbano” de acordo com diferentes línguas.

Idioma	Termo	Tradução Literal (Português)
Francês	Periurbanisation	Periurbanização
Inglês	Peri-urban	Periurbano
Holandês	Halfstedelijk	Semi-urbano
Alemão	Urban-ländliche Gebiete	Zonas urbano-rurais
Africânder	Buitestedelik	Cidade externa

Fonte: Adaptado de Pereira, 2013

Embora as dinâmicas dos territórios periurbanos sejam diferentes das encontradas nas cidades consolidadas, a sua diversidade é muito semelhante. Essa pluralidade sugere à política pública de ordenamento do território, novos procedimentos e conceitos, em que seja pensada e respeitada a diversidade e complexidade encontrada nesses espaços híbridos. Sugere ainda um debate alargado na sociedade sobre as dinâmicas destes territórios.

A falta de maior esclarecimento na definição do termo pode legitimar a ausência de rigor nos instrumentos de planeamento territorial que, em diversas formas, incentiva as alterações no uso de solo das áreas ainda não urbanizadas. Esses espaços são os que mais sofrem com essa expansão, por exemplo, locais dos depósitos de resíduos urbanos, em muitos casos, tóxicos, os melhores solos tornados zonas de expansão que, pouco a pouco, têm o seu uso alterado.

Salgueiro (1999) destaca duas atividades no que denomina “coroa periurbana”; são elas lazer e habitação. Para as áreas de lazer são disponibilizados grandes espaços para atividades de jogos, como o golfe e o hipismo. As habitações que se localizam nesses espaços, são consumidoras de território, possuem tipologias e padrões de localização diferenciados. Em geral, correspondem a condomínios fechados e, as áreas de lazer associadas, dão um sentimento de “propriedade colectiva”, mas que afinal “acentua a segmentação social”.

Mas a periurbanização também pode surgir ligada a diversas atividades secundárias que, na procura de espaço, se deslocizam para fora dos centros urbanos consolidados. E, em territórios tradicionalmente agrários, o investimento industrial trás consigo emprego, tecnologias e informações que gradativamente vão influenciando e atraindo residentes, aumentando a procura de habitação. Apesar de boa parte da bibliografia reportar o surgimento e crescimento das áreas periurbanas devido à presença da indústria, outras atividades complementares também podem ser responsáveis por elas. Alguns autores sublinham, por exemplo, as bombas de gasolina nas proximidades das estradas e das zonas industriais e que, por sua vez, se tornam impulsionadoras de atividades de comércio e de serviços (Arango-Escobar, 2009).

Outros autores ainda, fugindo de uma definição, optam por se referir à “interface rural-urbano” (Tacoli, 1998), fortemente influenciada por mudanças ao nível macroeconómico, incluindo reformas económicas e ajustamentos estruturais, ou relacionada com fatores históricos e ambientais. Estas áreas de interface rural-urbano concentram-se nos nós de transporte - rodoviários ou ferroviários e de logística.

Em quaisquer destas áreas tem-se dado pouca atenção ao desenvolvimento rural e, neste caso, revelando que as políticas de ordenamento do território falham na integração e articulação rural-urbano e são pouco relevantes na coordenação de políticas setoriais.

Segundo Teixeira (2011: 6), *as tendências contemporâneas de construção dispersa, “rurbanização” e cidade difusa, assentam em novos paradigmas sociais: mudança de hábitos de vida das populações rurais (...), deslocalização de indústrias (...), necessidade de mais espaço e acessibilidades (...) e busca de habitação de construção mais recente, próxima da natureza.*

Para Gonçalves (2009), o surgimento dos territórios periurbanos (TP) está associado à relação dos processos migratórios da cidade e ao decréscimo do emprego em áreas rurais. Esta ideia sugere que essa nova população urbana tende a instalar-se nas áreas mais distantes do centro consolidado, em muito, devido ao menor custo de vida presente nessas zonas.

A crescente velocidade na troca de bens materiais (transporte, alimentação, indústria) e imateriais (informação, inovação, tecnologia) na cidade apresenta externalidades negativas para parte da população urbana. A consequente insatisfação corroborou o surgimento de um grupo social que, por aversão a este modelo de desenvolvimento, procura viver em áreas de menor densidade habitacional, grupo comumente conhecido como “os neo-rurais”. Apesar do rompimento com a cidade, esse grupo é dependente dos equipamentos presente nos espaços urbanos para sua sobrevivência (Gonçalves, 2007).

Quando os territórios são dispersamente povoados, acabam por alargar as distâncias entre a habitação e os locais de trabalho, criando as “artérias residenciais periurbanas” (Gama, 1987). Esses alargamentos refletem principalmente a necessidade de duplicação das infraestruturas básicas, aumentando as despesas públicas municipais.

Segundo Costa (2009), as cidades passam por processos cíclicos de urbanização. A consolidação desses processos criou na periferia dessas localidades outras formas de urbanização, conhecidas por periurbanização. Encontramos no trabalho de Costa (2000: 59) dois motivos para esse fenómeno, designado por “reorientação geográfica”:

- a) Movimentos do setor privado, quando as empresas vêem os seus lucros menores devido ao preço do solo nas áreas das cidades mais centrais; em muito também pela dificuldade logística.
- b) Mobilidade, quando o aumento do número de ferrovias e autoestradas são atrativos para a “dispersão da população” e também das atividades.

São, portanto, nesses territórios distantes dos centros consolidados que se expressam essas modalidades de urbanização. Neles, também, é possível identificar fragmentos de uma heterogeneidade, semelhante aquela existente nas cidades. Constituintes desses fragmentos são, por exemplo, as indústrias ligeiras, residências de alto padrão e comércio emergente que se apropriam destes espaços (Tacoli, 1998; Allen 2003; Arango-Escobar, 2009). Mas existem muitas outras formas de “apropriação” do território periurbano resultantes de:

- a) extração de minérios;
- b) resíduos transportados para as áreas de expansão da cidade;
- c) atividades de lazer para pessoas de rendimento médio e alto: campos de golfe, áreas de hipismo, áreas de desporto ou serviços turísticos (são também um importante incremento nas atividades económicas e emprego que criam um certo padrão de vida associado às áreas periurbanas que, neste caso, são caracterizadas como “rurais” e “próximas da Natureza”).

Esta complexidade encontrada nos territórios periurbanos, se entendidos como uma diversidade benéfica e uma mais valia para o território, é favorável em contextos de crise económica, ambiental e social.

Todavia, são precisos mais estudos sobre as dinâmicas ou *os fenómenos que ocorrem na transformação territorial do rural para o periurbano* (Teixeira, 2011: 11) e que constituem a primeira fronteira da expansão urbana, fatores e respetivos impactos. Para tal é necessário discutir um conjunto de indicadores que permitirá identificar e avaliar estes territórios.

1.2 Dispersão urbana, cidade difusa, fragmentação urbana, franja urbana, rurbanização e urbanização expansiva

Neste tópico, são analisados alguns dos indicadores frequentemente escolhidos para identificar as áreas periurbanas. São eles, o consumo energético, a especulação imobiliária, a fragmentação institucional, a presença de atividades rurais (tais como a agricultura urbana) e atividades consideradas urbanas (indústria e serviços) em áreas rurais, ou mesmo, a pluriatividade das populações e os fluxos (populacionais, de resíduos e de atividades económicas), entre outros.

A energia tornou-se um bem essencial às diversas atividades humanas. Assim, ao avaliar a evolução do consumo, e da distribuição da energia elétrica, alguns autores encontram pistas sobre o grau de periurbanização de determinado território. A indústria é um dos setores económicos que mais consome energia. Os fluxos diários de bens e pessoas nas áreas periurbanas são vultuosos e, muitas vezes, associados à dinâmica industrial e à mobilidade individual privada, geradora de grandes consumos energéticos. Desta forma, nas regiões onde essas atividades se instalam, é que se encontram as maiores taxas de consumo energético. Acresce a expansão do setor imobiliário, traduzida através do incremento da edificação, correspondente ao aumento das áreas de residência, resorts turísticos, áreas de balneário, centros comerciais, núcleos de negócios, ou os pavilhões de exposição, também têm proliferado nos territórios periurbanos. Cada qual apresenta diferentes padrões de consumo energético, e o que possuem em comum é que todos exigem consumo, acentuando assim a ideia de que o setor energético é um dos dispositivos indispensáveis no reconhecimento dos territórios periurbanos, “vítimas” da rápida transformação do uso do solo.

Mas se o consumo de energia – enquanto indicador da periurbanização – tem sido muito utilizado, também enquanto produtor de energia se revela um indicador interessante em espaços periurbanos. Os preços de mercado e a limitação das reservas das energias fósseis têm motivado a criação de tecnologias de produção das energias limpas, que não e/ou pouco lesam a Natureza. Neste contexto, o território periurbano onde as limitações de espaço são menores surge como potencial palco para a realização de investimentos em benefícios ambientais (produção eólica, energia hidroelétrica e outras formas de geração de energia renovável) associados à produção de energia renovável.

A edificação em solo rural e/ou espaços rurais, e a questão imobiliária, passam pela discussão da propriedade e preço da terra e, ao atribuir um preço ao solo, acabamos por restringir seu acesso e dificultando a permanência daqueles que talvez não possuam capital suficiente para a concorrência com os grandes empreendedores. O mercado de imóveis é um dos maiores responsáveis da alienação dos terrenos edificadas (prática mais significativa, quando as vivendas, apartamentos ou edifícios são comercializados pela venda ou aluguer) e não-edificados (ou seja, aqueles que ainda não apresentam qualquer tipo de construção dentro do seu limite) e pelo aumento dos consumo de espaço para habitar, circular e aparcas veículos.

A importância em trazer mais detalhes a este tópico está na necessidade de qualificar as áreas periurbanas não somente como correspondendo a terrenos com “edificações nas áreas de expansão limítrofes a uma zona urbana consolidada”. Desta forma, os terrenos vazios ou florestados com proximidade aos centros urbanos e que não estejam a cumprir alguma função social, podem também ser entendidos como indicadores de periurbanização.

Muitos dos fluxos de pessoas são mais intensos entre as áreas urbanas consolidadas das cidades e as áreas periurbanas, apresentando-se os movimentos pendulares como indicadores importantes no estudo do fenómeno periurbano. Por exemplo, muitos dos habitantes que fazem viagens regulares ou deslocações de tipo pendular, podem ter sido seduzidos pela ideia de viver “perto da cidade”, e com facilidades de transporte, colaboram para o crescimento do território periurbano.

O mercado de terra e o seu uso em muitas áreas agrícolas próximas das cidades foram muito influenciados pelo modelo mercantil imobiliário de desenvolvimento. As práticas especulativas do paradigma privado de apropriação do território trazem como consequência diferentes processos de marginalização. A substituição do uso do solo, até então essencialmente agrícola para urbano, promove a especulação nos terrenos adjacentes, fazendo do mercado imobiliário um dos principais dinamizadores desse processo de expansão urbana.

Segundo Gonçalves (2007), uma ferramenta relevante para identificar áreas afetadas pela urbanização especulativa é o “índice da especulação” que se determina quando a quantidade de solo convertido para uso urbano, é maior que o crescimento populacional.

Essa estratégia não se reflete apenas no solo convertido, mas influencia diretamente o mercado imobiliário regional, nomeadamente no acréscimo das rendas e no preço dos terrenos.

A fragmentação institucional é outro dos indicadores de caracterização das áreas periurbanas. A interface periurbana é muitas vezes caracterizada pela convergência de instituições setoriais, frequentemente sobrepostas com diferentes missões (Allen, 2003). Este fenómeno está relacionado com a rápida transformação das áreas periurbanas, ou com o processo pelo qual os arranjos institucionais têm áreas de atuação que tendem a ser muito pequenas ou muito grandes, mais urbanas ou rurais, e que por estes motivos, dificilmente, cumprem a sua missão de forma eficaz. Além disso, os organismos do sector privado, assim como as organizações não-governamentais e de base comunitária, também intervêm na gestão das áreas periurbanas, mas muitas vezes sem articulação clara ou liderança de estruturas governamentais.

Todavia, as áreas periurbanas podem sofrer de um défice institucional (falta de espessura institucional) dado o seu carácter fragmentado ou descontínuo. Para Allen (2003), as áreas periurbanas partilham muitas vezes o território de mais do que uma unidade administrativa; laços fracos e poder municipal limitado em sectores como os transportes, saneamento, água, energia, gestão de resíduos, e de ordenamento do território, resultam muitas vezes em incerteza quanto às instituições que administram a área ou atividade específica. Portanto, a espessura institucional ou a falta dela poderão constituir indicadores relevantes da presença de descontinuidades territoriais típicas dos espaços periurbanos.

O grau de infraestruturação do periurbano, sobretudo em termos do saneamento básico, pode também constituir um indicador útil na sua definição. Muitos outros indicadores poderiam aqui ser discutidos, todavia, o que se pretendeu evidenciar são as possibilidades de se construírem indicadores acerca do fenómeno da transição entre espaços estritamente rurais e áreas urbanas, tidos como “híbridos” mas realmente pouco estudados em profundidade.

Estudar o fenómeno da periurbanização possibilita melhor compreender como se desenvolve o processo de urbanização em espaços tradicionalmente rurais e identificar as variáveis indutoras das transformações dos espaços não urbanos, como sejam as novas

acessibilidades, as mudanças da estrutura do mercado de trabalho, o quadro legal, etc. (Teixeira, 2011). O fenómeno da periurbanização pode ser melhor compreendido, como mencionado, através dos consumos energéticos, dos fluxos de bens e pessoas, do uso do solo e a especulação imobiliária, mas também, outros fenómenos, tais como, a pluriatividade das populações, a espessura institucional, a complexidade da estrutura social e das práticas culturais, entre outras, compõem características definidoras da periurbanização e que merecem ser equacionados.

Quando são estabelecidos critérios para a compreensão do território periurbano podemos ficar sujeitos à sua rigidez ou desadequação, tanto ao realizar análises comparativas, como para a aplicação desses parâmetros noutras regiões. Devido à natureza “híbrida” dos territórios periurbanos, compreendemos que o uso dos critérios pode variar consoante aquilo que se pretende identificar. Gama, em 1984, realizou um estudo acerca do crescimento industrial no território periurbano associado à cidade de Leiria. Primeiramente, identificou variáveis indispensáveis nas alterações das estruturas morfológicas da concentração e extensão do uso do solo. Em seguida, trouxe a dimensão social e cultural (as práticas sociais e as ações culturais), como essenciais para o estudo dos territórios periurbanos. Considerou também três níveis de análise sócio-espacial (Quadro 3).

Quadro 3: Padrões de análise do território periurbano.

Nível	Caracterização
Local e infra-regional	relações entre a cidade e o campo
Inter-regional e nacional	relações metrópole-território e a dimensão territorial do Estado
Internacional e centro-periferia	questões relacionadas com a divisão internacional do trabalho

Fonte: Adaptado de Gama, 1987

O referido autor ainda analisa as características dos alojamentos; esta segunda constatação é considerada em virtude da presença de atividades industriais que são, em geral, acompanhadas de diferentes modelos de habitação. São ainda apresentadas duas escalas de análise periurbana para qualificação dessas habitações. Por um lado, a das áreas

periurbanas mais próximas do território urbano consolidado, onde os espaços são mais densos e o terciário tem mais influência no quadro económico. Os fogos são maioritariamente individuais, próprios e possuem até dois andares; as populações em geral não possuem vínculo com as atividades rurais. Por outro, a da segunda coroa periurbana, menos densa e mais dependente da economia agrária; na sua maioria as habitações estão no interior das freguesias em formas de vivenda, geralmente ocupadas por uma família.

Apesar de apresentar uma diversidade de indicadores que qualificam a periurbanização, quando aplicados ao estudo em questão, o autor usa apenas dois: a distribuição dos alojamentos e as formas de trabalho. Essa prática é recorrente quando analisamos os indicadores das pesquisas que realizaram estudos de caso. Apesar de não desenvolver os critérios propostos na sua metodologia, as variáveis apresentadas por Gama (1987), podem servir de base para novos estudos em planeamento urbano no interface periurbano.

Se o território periurbano é avaliado pela falta dos atributos urbanos como baixa densidade, oferta reduzida de infraestruturas e condicionalismos da acessibilidade e serviços, é relevante conhecer as diferentes formas de identificação das áreas consideradas urbanas (Allen, 2003).

Em Portugal, as primeiras tentativas de classificação de aglomerado urbano surgem no século XIX, associadas às sedes de distrito, sendo depois alargadas às sedes de concelho. Mais tarde, todas as aglomerações com mais de 2000 habitantes podiam ser consideradas aglomerados populacionais urbanos (Rodrigues, 2009). Este conceito foi sendo desenvolvido, sobretudo a partir da segunda metade do século XX e, em 1976, a Lei de Solos (DL nº 794/76, de 5 de Novembro) definia “aglomerado urbano” que correspondia ao: [...] *conjunto de edificações autorizadas e respectiva área envolvente, possuindo vias públicas pavimentadas e servidas por rede pública domiciliária de abastecimento de água e drenagem de esgoto* [...] (Rodrigues, 2009: 51). Dada a dinâmica do processo de urbanização, sobretudo após a revolução democrática de 1975, em Portugal acentuam-se as tendências de construção dispersa assentes em novos paradigmas socioeconómicos: alteração de modos de vida, aumento da capacidade de consumo das famílias, deslocalização da atividade industrial para a periferia urbana, melhor acessibilidade e aumento de infraestruturas, de ofertas habitacionais, etc. Estas alterações, também

decorrentes da globalização, levaram à reformulação sucessiva dos critérios de definição de cidade, já que os seus contornos e características se alteraram muito desde então.

Atualmente, o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) identifica “espaço urbano”, para fins estatísticos, como correspondendo a: *1) tipificada como “solo urbano”, de acordo com os critérios de planeamento dos Planos Municipais de Ordenamento do Território; 2) integra uma secção com densidade populacional superior a 500 habitantes por Km²; 3) integra um lugar com população residente igual ou superior a 5.000 habitantes* (INE, 2015).

Assim, numa “área predominantemente urbana” (APU) a freguesia contempla, por pelo menos, um dos seguintes requisitos: *1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes; 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5.000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%* (INE, 2015:3). Como se pode observar, estas definições têm por base os critérios populacional e funcional para identificar a tipologia espacial, sendo a unidade de base mais referenciada, a freguesia.

Para padronizar os níveis de densidade urbana, o Eurostat (2010) propõe três escalas para realização dos seus levantamentos: as zonas densamente povoadas, zonas mediamente povoadas e zonas pouco povoadas. O INE (2011), por sua vez, ao analisar a temática do espaço urbano, divide-o em três áreas: APU (Áreas predominantemente urbanas), AMU (Áreas mediamente urbanas) e APR (Área predominantemente rural). Os critérios definidos são diferentes para cada escala, como, população residente e funcionalidade/planeamento. A partir destes indicadores podemos inferir que as variáveis utilizadas estão de alguma forma relacionada com a densidade populacional. Os mesmos indicadores são utilizados por Gonçalves (2009), Pereira, (2013) e Mateus (2009) para identificar ou analisar as áreas em processo de periurbanização. Entretanto, os fenómenos da periurbanização não são exclusivamente dependentes das alterações na densidade

populacional.

Ainda que existam alguns consensos em torno do tema, são vários os critérios utilizados, em virtude das diferenças nas dinâmicas urbanas e dos indicadores utilizados pelos órgãos responsáveis pelo planeamento.

Apesar de apresentar uma realidade distinta daquilo que ocorre na Europa, e mais precisamente em Portugal apresentam-se, no Quadro 4, os parâmetros utilizados pelos órgãos de planeamento urbano de Benin e Filipinas, como forma de tornar mais alargado o conhecimento dos países em desenvolvimento. O quadro apresenta informações importantes para a compreensão daquilo que constitui uma área urbana. São dois, os critérios utilizados pelos países para a definição de espaço urbano, a população e os equipamentos.

Quadro 4: Exemplo de parâmetros definidores de “área urbana”

Benin	Filipinas
✓ Mais que 10.000 habitantes	✓ Densidade de 500 hab/km ²
✓ Pelo menos quatro agências de correio, finanças e tesouro público, bancos, unidades de abastecimento de água, centros de saúde e escolas secundárias	✓ Pelo menos seis estabelecimentos comerciais, mais que três centros de comércio, igreja ou capela, praça pública, parques ou cemitérios, mercados ou edifícios onde as atividades funcionem pelo menos uma vez na semana, escolas hospitalares e bibliotecas

Fonte: Adaptado de Philippine National Statistics Office, 1992 e Tingbé-Azalou, 1997 apud Tacoli, 1998

É, na Indonésia, onde se encontra a conceptualização mais próxima do que entendemos como periurbano. O termo “kotadesasi” (cidade-vila) é usado para definir as áreas entre a cidade e o campo. Para caracterizá-las, são tidas em conta as atividades que ocorram num raio de até 100km fora do centro urbano consolidado, de uso misto do solo na agricultura, indústria ou nas casas de campo (Tacoli, 1998).

Mougeot (2000) pesquisou os autores que procuraram delimitar os territórios periurbanos. A maioria dos indicadores usados para essa delimitação aponta para características tradicionais da produção agrícola, o que se justifica pela finalidade dos estudos realizados que se debruçam sobre a agricultura urbana. Como a agricultura é uma das atividades mais

presentes nos estudos de periurbanização, apresentamos a Figura 1 que sintetiza os indicadores mais usados na delimitação do periurbano.

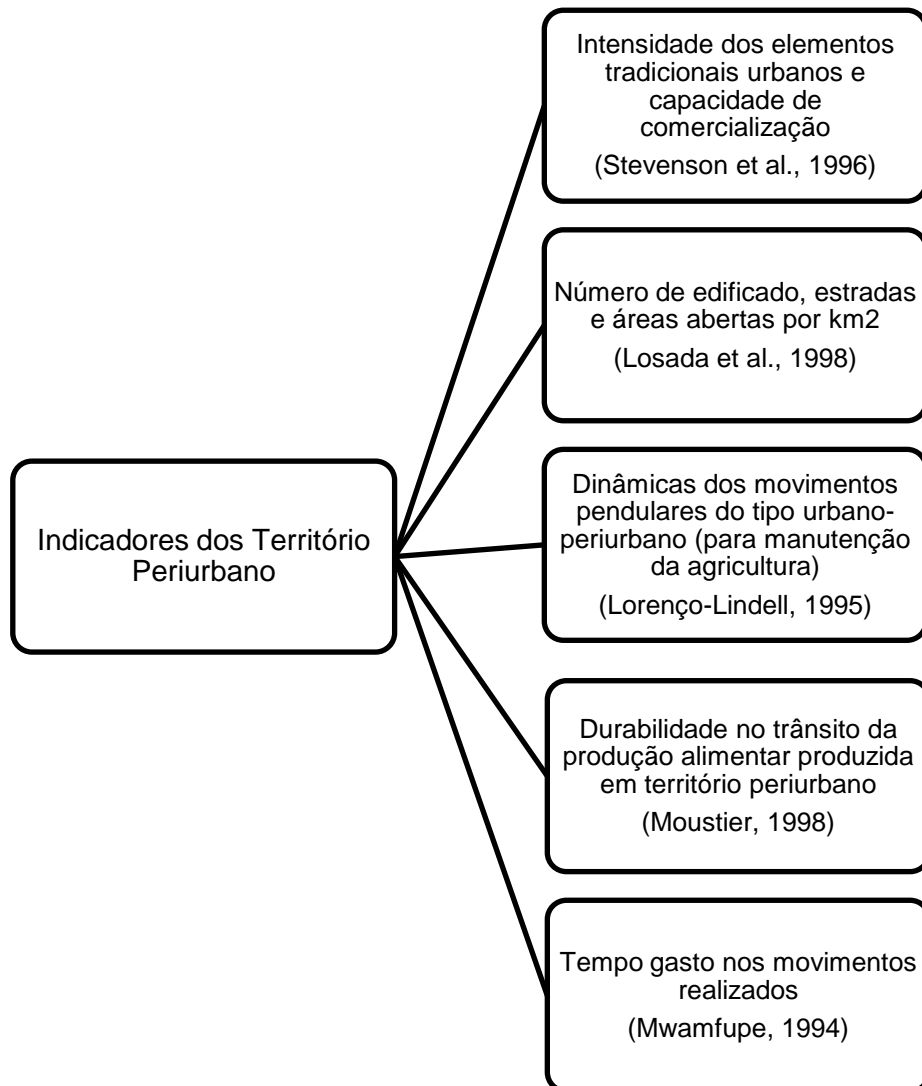


Figura 1: Organograma conceitual dos indicadores do território periurbano (considerando a presença da agricultura)

Fonte: Elaboração própria

Para Stevenson et al. (1996), a delimitação da área periurbana vai depender do alcance de influência da cidade para com o sistema de produção (habitação, agricultura, e outras atividades) em análise, bem como através da distância máxima que os produtores podem comercializar a sua produção. Esse limite vai depender do nível de desenvolvimento da infraestrutura e do custo dos transportes. Losada et al. (1998) definiram as áreas urbanas, suburbanas e periurbanas baseados na variação do número de edificado, autoestradas e do crescimento das áreas abertas por km². Lourenço-Lindell (1995), utilizou o tempo que as pessoas que vivem nos limites administrativos da cidade poderiam viajar para manter atividades agrícolas. Para Moustier (1998), o seu limite seria definido a partir do tempo consumido pelo transporte de determinados produtos (os perecíveis) até ao mercado na cidade. Para Mwamfupe (1994) o critério de definição do periurbano deve ser calculado a partir da proporção do tempo gasto diariamente, entre o periurbano e a cidade consolidada, ou vice-versa. Constata-se assim que os indicadores do fenómeno de periurbanização são muito variados sendo uso dependente da “escola de pensamento” de cada autor.

Em diversos trabalhos consultados (Gonçalves, 2009; Arango-Escobar, 2009, Mateus, 2009, Mougeot, 2000; Tacolli, 1998) pudemos constatar que o termo periurbanização possui diversas aplicações e são utilizados outros termos como sinónimo de periurbano, que procuramos sintetizar no Quadro 5.

Quadro 5: Relação dos conceitos e indicadores referenciados

Conceito	Densidade Populacional	Alterações no uso do solo	Fogos construídos	Equipamentos	Dinâmica imobiliária	Grau de ruralidade da economia
Rurbanização	√			√		√
Urbanização difusa	√		√	√		
Fragmentação Urbana	√	√				√
Urbanização expansiva	√	√	√	√		√
<i>Leapfrog Development</i>	√			√	√	
Dispersão urbana	√		√			√
Franja urbana	√	√			√	
Contraurbanização		√			√	√
Periurbanização	√	√	√	√	√	√

Fonte: Elaboração própria

O conceito de rurbanização aparece em França e surge ligado ao processo de retorno dos citadinos ao campo, expressando um desejo de “retorno às origens”, por isso, está especialmente ligado aos aspetos sociológicos presentes na transição urbano-rural. Procura explicar as alterações do quotidiano daqueles que já não vêem na cidade a capacidade de satisfazer as suas necessidades. Entendemos que esses indivíduos podem ser agentes nos processos de periurbanização, conforme o excerto de Hidalgo e Borsdorf (2010: 184): *En ocasiones se denomina periurbanización también como rurbanización. Longchamp (1989) entiende como comunas periurbanas (communes périurbaines) no solo a edificaciones residenciales anexas, sino que a la penetración de áreas urbanas residenciales em el medio rural.*

A terminologia “rurbano” nasce da fusão dos elementos, até então, tradicionais na cidade e vice-versa. Podemos então definir a rurbanização como ato ou efeito de combinar hábitos, práticas e ações comuns no urbano e no rural; é uma forma de possibilitar que *numerosas populações pudessem viver como vida mista: juntando a urbanismos, ruralismos como que desidratados* (sentido de essência diminuída devido a mistura), *sem deixarem de corresponder ao apego que parece haver na maioria dos seres humanos em contato com a terra* (Freyre, 1982: 57).

A modalidade de urbanização difusa apresenta-se na desconcentração dos serviços, comércio, atividades rurais e industriais, nas áreas habitacionais e o conforme o tamanho da rede viária disponível (Domingues, 1985; Portas e Marques, 1986).

No conceito de fragmentação urbana, são considerados os padrões de *desterritorialização* do centro urbano consolidado. Esses padrões estão vinculados à distribuição dos novos centros e à relevância hierárquica que eles adquirem. A “descontinuidade” e as “rupturas” tornam-se alguns dos fatores que a sustentam: *A fragmentação corresponde a existência de enclaves distintos e sem continuidade com a estrutura sócio-espacial que os cerca. Traduz o aumento intenso da diferenciação e a existência de rupturas entre os vários grupos que substituem a continuidade anterior sendo particularmente visível no domínio da estrutura social e no território* (Barata Salgueiro, 1997: 10).

Podemos, portanto, apontar como uma das características presentes na fragmentação urbana, a intensidade das relações exercidas pelo “centro consolidado” no “espaço

fragmentado”. Essa relação encontra-se a partir da necessidade de compreender o grau de continuidade presente nesses espaços.

A urbanização expansiva corresponde a uma terminologia mais recente, cunhada em Portugal pelos autores Portas, Domingues e Cabral (2012). Surge como contraposição àqueles atores do planeamento urbano que vêm na reprodução das grandes edificações o conceito de cidade por excelência. Para estes agentes, qualquer edificado ou intervenções fora daquilo que foi estabelecido é “suburbano, periférico, disperso”, portanto, tem uma conotação negativa. Portas, Domingues e Cabral (2012) sustentam, a partir do trabalho de Ascher (2005), que a urbanização expansiva acompanha as formas de espacialização de uma estrutura denominada de *Sistema PIBE (Pessoas, Informação, Bens e Energia)*. Esse sistema é o que precede o desenvolvimento dos territórios, independente da sua densidade. *Este sistema proporciona formas de apropriação social extremamente diversificada e complexas – da estrita esfera individual, à organização entre empresas e mercados; da escala global à local – cujo resultado em termos de organização do território e de urbanização se apresenta como radical face ao que antes se conhecia* (Portas et al, 2012: 25). As migrações, a tipologia da matriz energética e aquilo que permeia a inovação tecnológica seriam parte constituinte desses espaços: *A geografia da urbanização extensiva cobre dezenas de municípios, cada um com os seus modos próprios de entender e regular a urbanização dentro dos seus limites administrativos [...] agora o esforço é entender que o todo deriva também da composição formal e da relação entre os fragmentos* (Portas et al., 2012: 37).

As alterações no uso do solo na urbanização expansiva podem ser contínuas e descontínuas, dependendo do tipo de espacialidade (reticular ou radiocêntrica) apresentada. *O que está em causa nas espacialidades reticulares não é a existência da descontinuidade (fragmentação, dispersão); é a sua generalização, face à continuidade (como a da cidade densa canónica) que se torna relativamente excepcional e rágil. Um nó de auto-estrada não é apenas um lugar onde se cruzam os fluxos – como uma rotunda no século XIX -, mas, sobretudo, um polo gerador de ofertas, ambiências ou externalidades urbanas* (Portas et al., 2012: 51).

O “desenvolvimento em salto de sapo” (*Leapfrog development*) é o resultado de uma estratégia imobiliária, não necessariamente uma forma de urbanização. Pode ser facilmente

confundido com a urbanização extensiva por exigir a presença do já mencionado sistema PIBE para a sua consolidação. Acontece quando os empreendedores vêm em áreas próximas os territórios já adensados uma oportunidade devido ao baixo custo da terra. Nessas parcelas, geralmente, são construídas áreas residenciais e podem ser atividades que potencializem a periurbanização de uma região.

A dispersão urbana é um dos conceitos mais utilizados e o mais semelhante ao periurbano (Crovetto 2010; Raposo 2013), porque ambos trazem a ideia de urbanização descontínua e que não se aplica a todos os espaços “de franjas”. Na sua dinamização, estão presentes a prestação de serviços e atividades tradicionais à vida dos habitantes da cidade.

Allen (2003) e também Drescher (2001), procuram “espacializar” o conceito de franjas urbanas (*urban fringes*), aplicado às áreas em expansão urbana. Já nos fins de 1960 (Pryor, 1968), reconheceu o fenómeno em curso e, para ele, as franjas urbanas podem ser sintetizadas através das relações de distância entre os territórios urbanos e rurais: *A rural-urban fringe can only exist between a growing urban center and its rural hinterland* (Pryor, 1968: 205). Pryor (1968) define as mudanças na interface periurbana com uma nova categorização baseada na análise das diferentes fases de acordo com a diferenciação dos usos do solo. O esquema representado na Figura 2 combina o conceito de invasão urbana com a utilização heterogênea dos usos do solo, típica das franjas. O diagrama relaciona o uso do solo nas fronteiras urbana e rural ao percentual de distância das áreas urbanas a ambientes rurais; corresponde a um modelo de resposta a um processo: com o processo de urbanização resultam usos do solo convertidos, transição e invasão.

Assim como o *Leapfrog development*, a contraurbanização não sugere necessariamente outra forma de urbanização, mas um conjunto de atributos de um grupo cidadão insatisfeito. Assim, a *contraurbanização surge como uma reação à falta de qualidade de vida nas cidades, sobretudo no que às relações interpessoais diz respeito, que resvala muitas vezes para a violência no anonimato urbano* (Calheiros, 2012: 8). Esse grupo social prioriza qualidade ambiental de vida: ar puro, paisagem natural e sossego.

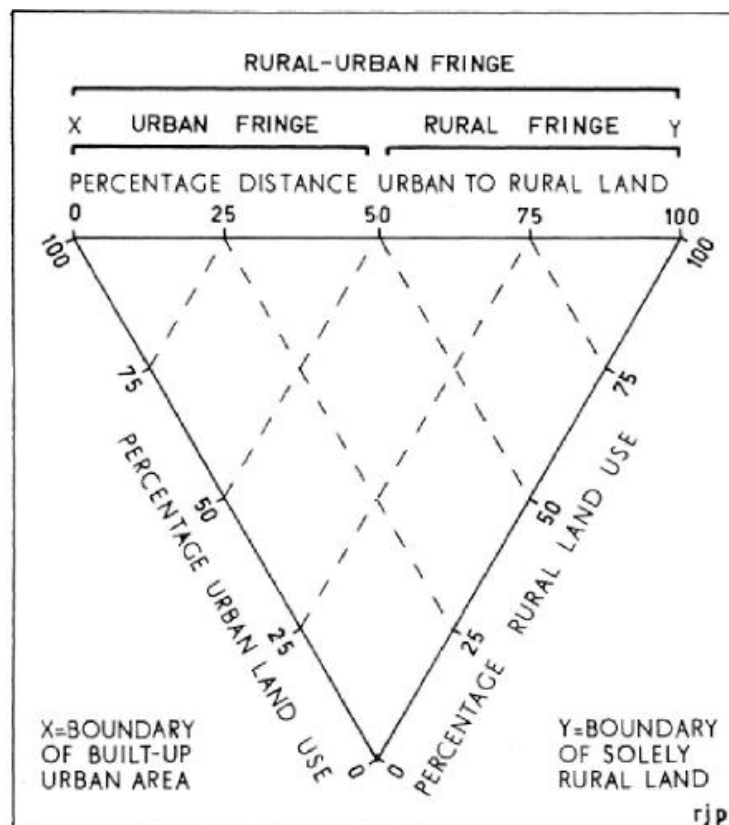


Figura 2:Diagrama do uso do solo nas franjas rural-urbano

Fonte: Pryor, 1968

De uma forma geral, apesar dos diferentes conceitos em torno de um mesmo tema, o territórios periurbanos correspondem a espaços sociais, económicos e ambientais onde três sistemas interagem permanentemente (agrícola, urbano e natural). A periurbanização corresponde a um processo de extensão espacial das cidades implicando a perda de valores naturais e rurais. Assim, enquanto conceito, a periurbanização apresenta variáveis mais complexas.

Além de pressões acrescidas sobre o território e o ambiente, a periurbanização traduz-se ainda por um aumento dos preços do solo, como já referido. No Quadro 6, evidenciam-se alguns elementos-chave utilizados no *Relatório da Agência Europeia do Ambiente* (2006), que propõe analisar os impactos ambientais, as áreas protegidas, o ambiente rural, a qualidade de vida urbana e os seus impactos socioeconómicos resultantes da dispersão urbana.

Quadro 6: Fatores da “dispersão urbana” segundo a Agência Europeia do Ambiente

Fatores Macroeconômicos	Fatores Microeconômicos	Fatores Demográficos	Preferências de Habitação	Problemas das cidades	Transporte	Planeamento Urbano
Crescimento económico	Aumento do padrão de vida	Migração e crescimento da população	Mais espaço por habitante	Ambientais : qualidade do ar, ruído e falta de espaços verdes	Uso de carro próprio	Pouca aplicação dos planos de ordenamento existentes
Globalização	Preço da terra	Crescimento na construção de habitações		Violência	Combustível mais barato	Falta de participação popular
Integração na Europa	Disponibilidade de baixo preço das terras agricultáveis			Pouca qualidade de ensino	Pouco/ineistência de transporte público	Fraco planeamento no uso do solo
	Competição entre os municípios			Problemas Sociais	Disponibilidade de rodovias	

Fonte: European Environment Agency, 2006: 17

Os sete fatores destacados na tabela pela Agência Europeia reforçam a ideia de que os acontecimentos “extra-muros” da cidade não devem ser apenas identificados ou caracterizados pela densidade demográfica. Fatores como as preferências de residência, problemas ambientais, transportes, aspetos económicos, entre outros, necessitam ser considerados na abordagem aos espaços periurbanos. Assim a “periurbanização” é o conceito mais completo por ser o mais completo, quer ao nível dos indicadores que utiliza,

quer ao nível dos fatores que incorpora os conceitos. É, por isso, o conceito que é utilizado ao longo da dissertação.

1.3 A periurbanização em Portugal

Portugal foi um dos últimos países europeus a industrializar-se, consequentemente, a urbanizar-se; países como Alemanha e França passaram pelos mesmos processos décadas antes (Domingues, 2012). O processo de urbanização contemporânea em Portugal deu-se, sobretudo, a partir de meados do séc. XX, tendo-se observado uma aceleração da metamorfose do território, resultante das oportunidades geradas pelas melhores condições de acessibilidade e incremento do poder de compra (Portas, Domingues e Cabral, 2011). Por ser um efeito da consolidação das cidades, o processo de periurbanização em Portugal é relativamente mais recente e, enquanto o processo de urbanização se aprofundou, a “dualização” entre a cidade histórica/consolidada e a emergente/periferia intensificou-se, principalmente, nas coroas metropolitanas, acentuando-se a heterogeneidade destas áreas de expansão.

Dos geógrafos que mais investigaram as relações que envolvem a expansão urbana em Portugal, optamos por destacar três: António Gama, Álvaro Domingues e Teresa Sá Marques; os seus trabalhos mais relevantes nesta matéria, datam do fim do século passado, todavia os referidos investigadores continuaram a realizar investigações no tema. No trabalho de Domingues e Marques (1987), são analisados indicadores relacionados com o surgimento da indústria têxtil no Norte de Portugal. Procuraram estes autores entender as formas de territorialização da indústria e suas implicações no trabalho, transporte e habitação: *O caminho de ferro, os cursos de água do rio Selho, Vizela e Ave e a progressiva densificação da rede rodoviária foram permitindo e catalisando um padrão difuso de industrialização assim desenvolvido. Essa pulverização permite deslocações de curto raio entre a casa e o trabalho e contribui para um padrão desconcentrado da localização da habitação/fábricas/serviços/comércio retalhista* (Domingues e Sá Marques, 1987: 130).

Podemos relacionar a este processo o início da periurbanização no Norte de Portugal, sendo, portanto, induzido pelo deslocamento da indústria para as áreas de maior

proximidade com água, estradas, matéria-prima e força de trabalho de custo reduzido (Byé e Fonte, 1993).

Outra contribuição importante é a de Gama (1987) que analisa a evolução industrial e populacional da região de Leiria. O autor relaciona o processo histórico vivido na década de 70 do séc.XX com as dinâmicas da periurbanização: ... *Constituindo na sua quase totalidade uma área de urbanização o concelho de Leiria ilustra de modo exemplar a problemática atrás enunciada. Com uma população em 1981 de 100.000 hab. apresenta-se como uma área de forte densidade de população e com povoamento denso e disperso. [...]esta composição dá-lhe características de urbanização, apesar das formas de povoamento evidenciarem ainda, com grande profusão, dimensões de ruralidade* (Gama, 1987: 41).

No Quadro 7, apresentamos uma adaptação do trabalho de Gama (1987) onde encontramos a evolução, durante um período de 30 anos, da população ativa em relação aos ramos que representam os setores produtivos. Para este autor, com a diversidade da população economicamente ativa pode ser apreendido o grau de urbanização da região. Por outras palavras, além da variável da densidade populacional, as formas de composição da estrutura económica desencadeiam um grau de especialização e urbanização da região. Se compararmos a evolução ocorrida nos serviços bancários com a apresentada na agricultura, podemos confirmar a expansão do capital em detrimento das atividades agrícolas.

As recentes transformações do território têm feito com que muitas atividades tradicionalmente realizadas no “campo” estejam também representadas na cidade. Exemplo disso é a agricultura urbana. O espaço rural, por sua vez, tende a diversificar-se economicamente em atividades não agrícolas, tornando aquilo que parecia ser estático numa metamorfose, muito em virtude da expansão do capital.

Todavia, o processo de urbanização e as consequentes metamorfoses do território fazem-se sentir noutras dimensões, pois as práticas no território tradicionalmente agrário têm-se modernizado cada vez mais, processo acompanhado da “transformação” da paisagem, como, por exemplo, a instalação de postes de eletricidade, antenas parabólicas, torres e turbinas eólicas, silos e armazéns, trazendo inúmeras alterações na paisagem e inovações para os territórios. Essas mudanças, por sua vez, podem gerar regiões especializadas do

ponto de vista da atividade económica, que também atraem população, e que precisam de estradas, abastecimento elétrico e hídrico, entre outros. Ao estimular maior produção de mercadoria o sistema capitalista instala um novo ciclo e alastra-se pelo território.

Quadro 7: Variação da população ativa do Concelho de Leiria por Ramos de Atividade

Ramos de atividade	50-60 (%)	60-70 (%)	70-81 (%)
Agricultura/Caça/Pesca	1,1	-47,3	-25,2
Indústria Extractiva	35,9	76,44	252,0
Indústria Transformadora	34,8	22,9	61,9
Eletricidade/Gás/Água	266,7	127,3	150,0
Construção	86,6	47,9	80,3
Comer/Transporte/Ban	20,3	48,6	90,1
Comércio/Hotelaria	-	-	105,5
Transporte/Comunicação	-	-	22,4
Banca/Seguros/Imobiliário	-	-	148,4
Administração/Serviços	9	12,7	89,4

Fonte: R.G.P – INE *apud* Gama, 1987

A relação complexa dessa nova dinâmica urbana está muito bem expressa por Domingues (2010), em “A Rua da Estrada”: *“não é rural nem urbana, cidade ou campo. É um terceiro estado, um transgénico mais do que híbrido. Na rua da Estrada podem co-existir vinhas, hortas, camiões, palmeiras, prédios de habitação, edifícios-montra e outras listas infinitas. É muito raro não haver postes e muitos fios pelo ar”* (Domingues, 2010: 65).

Com este capítulo procuramos compreender as configurações dos territórios híbridos, designados de periurbanos, por muitos autores. Neles a coexistência de atividades urbanas e agrícolas é uma realidade, que Alvaro Domingues tão bem ilustrou. No próximo capítulo procuramos entender a permanência da agricultura nesses territórios e o seu papel no periurbano.

CAPÍTULO 2

A agricultura urbana e periurbana

La agricultura urbana y periurbana abarca una mezcla compleja y diversa de actividades productivas de alimentos, inclusive la pesca y la silvicultura, en numerosas ciudades tanto del mundo desarrollado como del mundo en desarrollo. Contribuye a la disponibilidad de alimentos (en particular de productos frescos), proporciona empleo e ingresos y puede contribuir a la seguridad alimentaria y a la nutrición de la población urbana.

FAO, 2015

2.1 As agriculturas urbana e periurbana

A agricultura urbana esteve sempre presente, desde as cidades do Neolítico até à atualidade, mas a sua importância foi muito negligenciada pelos poderes públicos (Bairoch, 1985). Nos últimos anos, o conceito tem sido utilizado por organismos internacionais como uma componente do desenvolvimento humano. Neste sentido, as Nações Unidas (sobretudo através do Programa das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) tem vindo a identificar as funções da agricultura urbana e mostrar que é uma atividade a ser integrada nas preocupações das políticas públicas.

Segundo Rodrigues (2006: 52), *a agricultura urbana é aquela que se desenvolve dentro dos limites do espaço urbano. A sua estreita relação com a vida urbana imprime nela características muito próprias. Geralmente ocupa pequenas parcelas. Com frequência, as pessoas que se dedicam à agricultura urbana fazem-no em terrenos abandonados e que não lhes pertencem. É uma atividade subsidiária, eminentemente voltada para o autoconsumo e sem uma estrutura empresarial de suporte. O entrosamento com o tecido urbano é nítido, com a reutilização de detritos urbanos e o uso dos produtos obtidos dentro*

do mesmo perímetro urbano.(...) A agricultura periurbana é a que se desenvolve fora dos perímetros urbanos, mas na sua área de influência. (...) As zonas periurbanas confinam com as rurais, havendo uma transição gradual de umas para outras. Para a caracterização da agricultura periurbana são determinantes a competitividade de outras atividades, a pressão da expansão urbana, como factores de fragilização, e, como factores de encorajamento, a oportunidade e facilidade de colocação de produtos, bem assim, a acessibilidade aos inputs, indispensáveis ao seu funcionamento.

Em Madaleno (2002), encontramos indicações acerca a natureza do termo “agricultura periurbana”. Na década de 1960, manifestam-se as primeiras preocupações internacionais sobre a escassez de alimentos e, ao longo da década seguinte, surgiram iniciativas no âmbito da análise da dimensão do fenómeno “agricultura urbana”, bem como de promoção da atividade no sentido de mitigar problemas de escassez alimentar. A autora refere ainda que, a partir da década de 80 do séc. XX, determinados planeadores do território urbano passaram a considerar essas áreas de influência das cidades consolidadas nos seus instrumentos de intervenção, ainda que de forma superficial. Será nos anos 90 que crescerá o interesse pela agricultura urbana e periurbana com o envolvimento de organizações governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais.

No que diz respeito à agricultura urbana, esta surge como uma tendência para complementar o fornecimento de alimentos. De um certo, modo a agricultura urbana tem sido promovida para efetivar e fortalecer soberania alimentar (Mougeot, 2000). Rodrigues (2006:26) citando Mougeot (2000), diferencia o interesse pela agricultura urbana, de acordo com o nível de desenvolvimento dos países. *Pelo potencial de satisfação de necessidades primárias, é fácil entender que o maior interesse por esta atividade se tenha centrado nos países e metrópoles meridionais, onde há graves problemas de subnutrição. Porém, também em países do Norte a implantação da agricultura urbana vem sendo defendida como fonte de qualidade e segurança alimentar. Segundo este ponto de vista, a consideração de políticas alimentares, mais do que políticas de produção agrícola, será a chave para a compreensão do interesse da atividade em meio urbano e, conseqüentemente, para uma maior atenção por parte dos decisores políticos. Há falta de dados informativos sobre a dimensão desta realidade; esta lacuna terá a sua origem grandemente na “despolitização” da atividade.*

Naturalmente, a agricultura urbana pode e deve desempenhar outras funções: complemento económico das famílias, oferta de lazer/ocupação de tempos livres, integração social e reforço de identidades, redução custos de manutenção de espaços verdes, valorização dos espaços devolutos/intersticiais do tecido urbano, formação ambiental e preservação da biodiversidade nas áreas urbanas, complemento da estrutura ecológica urbana, etc. Em alguns países onde se experimentou um processo de forte declínio industrial e mineiro, nos quais os níveis de desemprego foram muito elevados, projetos de agricultura urbana são relevantes, como em Detroit nos EUA e diversas cidades do Reino Unido, sobretudo como complemento económico e alimentar (Rodrigues, 2006).

Por estes motivos, justifica-se conhecer melhor o sistema urbano de produção agrícola, desde estimar a produção e promover, como o seu papel e impacto nas comunidades urbanas. Peremptório destacar também dois importantes grupos de produtos que compõem a agricultura urbana: os alimentares e os não-alimentares que englobam uma diversidade de produção agrícola para consumo humano ou animal (alimentares: raízes, vegetais, aromáticos, medicinais, ervas e frutas; não alimentares: plantas ornamentais, tabaco e bichos-da-seda).

Existe uma imprecisão na definição das agriculturas urbana e periurbana. A maioria da bibliografia académica consultada entende as atividades como complementares, atribuindo as mesmas condições de surgimento e reprodução, diferenciando-se mais no que respeita à sua localização geográfica. No entender de Rodrigues (2006), a agricultura periurbana é uma atividade económica e apresenta frequentemente uma natureza empresarial, mas em muitos casos é uma atividade familiar de natureza secundária, conciliada com outras fontes de rendimento. As suas dimensões e o tipo de exploração são variados e certas culturas mantêm uma resistência à pressão urbanística.

De um modo generalizado, pode-se dizer que a grande diferença entre a agricultura urbana e periurbana está na densidade populacional das áreas onde se implanta, no acesso aos terrenos, na geração de “postos” de trabalho ou familiar para autoconsumo, no amadorismo/profissionalismo, na inserção em solos urbanizados/urbanização como ameaça no custo dos terrenos, na estrutura e dimensão da propriedade, etc.

Dada a tendência generalizada de expansão urbana e as suas consequências sobre os recursos naturais, a questão da valorização da agricultura urbana e periurbana é pertinente na perspectiva do ordenamento do território, em particular pela importância do papel que ambas desempenham, quer na proteção dos recursos naturais, como na coesão social e rendimento das pessoas.

As agriculturas urbana e periurbana, além das benesses já destacadas, são fundamentais na reestruturação do uso e ocupação dos solos frente as mudanças no ambiente global, como afirma Ericksen (2008: 236): *An important notion in global environmental change research is that changes in key drivers will affect the services that any given ecosystem can then provide, both for its own maintenance and for services such as food provisioning that contribute directly to human well-being.*

Ao utilizar dados da diferenciação espacial, Gama (1987) observou que os operários industriais tinham outras atividades como complemento no seu rendimento. Assim, ao fazer o levantamento mais detalhado sobre essas “atividades extra”, constatou que mais de 30% dos referidos operários continuavam de alguma forma, vinculados às atividades do campo (INE, citado por Gama, 1979). Mateus (2009: 79) refere o fenómeno da *agricultura a tempo parcial* (ATP) que ocorre quando diferentes atores, relacionados com a agricultura, realizam uma segunda ou terceira atividade económica. Esses atores não são necessariamente “operários-camponeses”, mas podem ser compostos por uma classe mais abastada que tem a atividade agrícola como lazer, ou podendo ser reformados que estabelecem na agricultura uma rotina alternativa à vida nas grandes cidades. É nessa complexidade que está a composição social da agricultura realizada nas áreas de expansão urbana.

2.2 Fragilidades da agricultura urbana e periurbana

Devido à concentração de população nas cidades e sua área de influência, é natural e importante a reafirmação de determinados cuidados. São duas as maiores críticas a realização das Agriculturas Urbana e Periurbana (AUP): gestão dos resíduos sólidos urbanos e o uso de químicos. Muitos acadêmicos e agentes responsáveis pelo planejamento urbano mostram reservas à agricultura urbana e defendem que há notórios riscos para a saúde pública.

Quando se trata da agricultura urbana, a crítica convencional é de que o risco de contaminação pelo uso da água é maior que os utilizados em áreas mais distantes da cidade. E quando se trata da agricultura periurbana, é considerado que muitas cidades utilizam essas áreas próximas como centro de eliminação dos resíduos sólidos urbanos. Há, portanto, um paradigma ambiental que deve ser analisado conforme as escalas que cada caso representa para serem evitados problemas de saúde pública.

Na Figura 3, apresentamos um diagrama dos fluxos de água e solos utilizados nas práticas agrícolas urbanas e periurbanas, chamando a atenção para os cuidados a ter com estes recursos naturais. Sugere ainda o levantamento de medidas que assegurem a saúde pública a ser implementadas pelas políticas públicas e de medidas de ordenamento do território para que, quer a agricultura urbana como a periurbana, possam contribuir para cidades mais produtivas e auto-suficientes, mais inclusivas e com menores impactos ambientais.

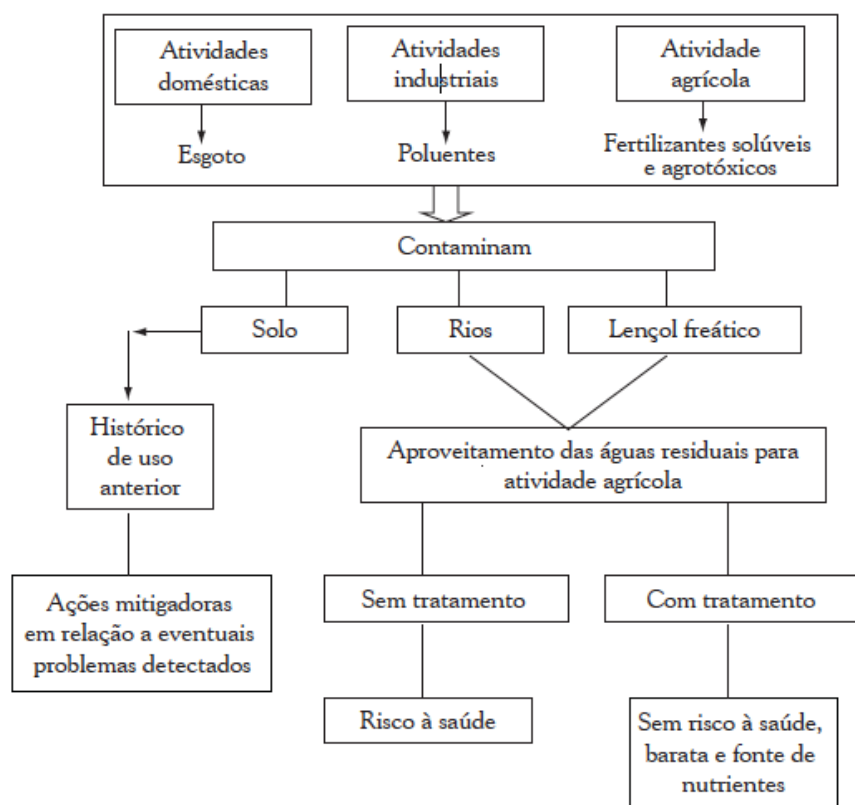


Figura 3: Fluxo de água e uso do solo na produção agrícola em áreas urbanas e periurbanas

Fonte: Aquino e Asis, 2007: 142

A urbanização em territórios tradicionalmente rurais significa perda de terrenos agrícolas e degradação ambiental e, nesse sentido, um empobrecimento dos agricultores. Assim, as intervenções planeadas que favorecem a agricultura que procura alterações positivas nos interfaces periurbanos, podem melhorar a qualidade de vida das populações destes territórios.

A ameaça aos territórios agrícolas periurbanos resultante da pressão construída nos solos produtivos de áreas rurais periurbanas constituíram “vazios” disponíveis, reservas de solo expectante de outros usos (Mendonza, 1987).

Segundo Mendonza (1987: 109), *de certa forma a crise econômica e urbana desenvolveu o interesse pela agricultura urbana e periurbana e pela sua recuperação. De um pessimismo geral sobre a inevitabilidade do desaparecimento dos agricultores periurbanos devido à competição dos usos do solo urbanos, assiste-se hoje a um diagnóstico mais confiante.*

É precisamente porque o fenómeno da periurbanização se faz sentir na região metropolitana de Lisboa que as condições dos agricultores periurbanos estão a mudar. Por outro lado, verifica-se uma sensibilidade crescente dos planeadores na defesa do mundo rural contribuindo para uma aproximação/integração das políticas agrícolas e as de ordenamento do território e urbanísticas.

De maneira que possamos analisar com maior detalhe as questões relacionadas com a agricultura periurbana, a seguir, na *Parte 2*, iremos examinar o caso da Lezíria do Tejo, um território periurbano influenciado pela Área Metropolitana de Lisboa, onde as ameaças do processo de urbanização são evidentes e onde as atividades agrícolas acabam por competir com outras (principalmente a especulação imobiliária e a construção de equipamentos) procurando identificar os fatores que de alguma forma contribuem para que não seja extinta.

PARTE 2

Caso de estudo: Periurbanização e Sustentabilidade na Lezíria do Tejo

CAPÍTULO 3

Contexto geográfico e histórico da Lezíria do Tejo

[...] só com privilégios, e através da melhoria da qualidade, os vinhos da periferia de Lisboa podiam competir com as grandes áreas abastecedoras de Torres Vedras, e, sobretudo, das lezírias do Tejo. Estas últimas deverão ser consideradas as grandes áreas de abastecimento da capital, o que de resto acontece na atualidade [...].

(Jorge Gaspar, 1970: 178)

A Lezíria do Tejo (Figura 4) é uma sub-região estatística portuguesa (NUTS III), localizada na fronteira Nordeste da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e composta por onze Concelhos (Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Choruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém). A região é reconhecida pelo seu protagonismo no desenvolvimento agrícola, em muito devido à fertilidade do seu solo, possuindo em torno de 4000 km² de área e cerca de 240 mil habitantes. As suas principais cidades são Santarém, Rio Maior, Cartaxo e Almeirim.

A proximidade às regiões do Oeste e Médio Tejo também oferece à Lezíria do Tejo (LT) mais oportunidades, já que essas regiões possuem um dinamismo geográfico diferenciado (o atrativismo turístico do Oeste em virtude do Litoral é um exemplo). Nos últimos trinta anos, a população da Lezíria apresentou-se estável, com um pequeno crescimento mas cada concelho apresentou um “ritmo” próprio: [...] *a população da Lezíria do Tejo conheceu um ligeiro acréscimo populacional, fruto da capacidade que a região manifestou em atrair população de outros territórios regionais (incluindo da própria Área Metropolitana de Lisboa) bem como de população proveniente de outros países (com ênfase para as comunidades brasileira e do leste europeu). Contudo, esta variação populacional está longe de*

ser uniforme na região. De facto, o Concelho de Benavente apresentou um ritmo de crescimento populacional bastante significativo, parecendo traduzir uma crescente integração no território da Área Metropolitana outros Municípios do flanco ocidental e sul da região (casos de Salvaterra de Magos, Azambuja e Cartaxo) apresentam variações populacionais positivas. Pelo contrário, os Concelhos do interior e norte da região têm vindo a apresentar quebras populacionais, designadamente os de Coruche, Chamusca e Golegã. Ainda assim, num número considerável de Municípios da Lezíria do Tejo as variações populacionais ao longo dos anos têm sido pouco significativas (CULT, 2007: 74).

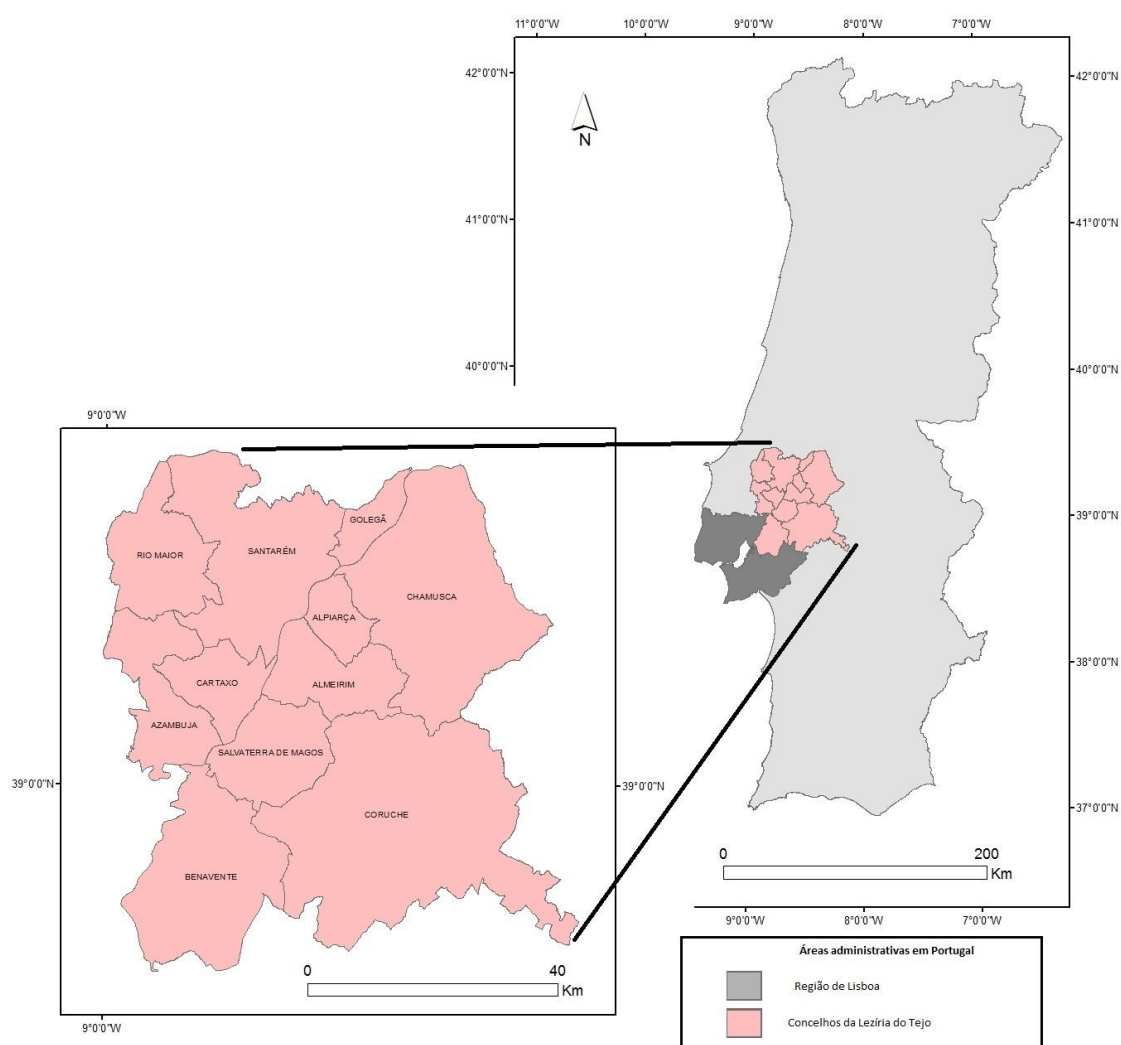


Figura 4: Localização geográfica da NUTS III Lezíria do Tejo

Fonte: elaboração própria

Para efeitos estatísticos, o INE (Instituto Nacional de Estatísticas) utilizando a densidade demográfica, dimensiona a região das Lezírias como “média”, sendo importante para analisar o grau de ocupação do território. Desta forma, em 2001, [...] *a área central apresenta os maiores índices de ocupação humana, particularmente as três principais freguesias urbanas de Santarém e a freguesia da sede do Concelho de Cartaxo; existem diversas freguesias com um índice de ocupação intermédio; a grande maioria das 91 freguesias da Lezíria do Tejo apresenta uma densidade populacional baixa, particularmente na área oriental e meridional da subregião* (CULT, 2008:78). O Quadro 8 mostra a variação populacional da região, que possui um dinamismo demográfico modesto.

Quadro 8: Variação Populacional na Lezíria do Tejo e Portugal (1981-2013)

Região	População				
	1981	1991	2001	2006	2013
Lezíria do Tejo	234057	232969	240832	248721	246219
Portugal Continental	9336760	9375926	986934	10110271	10427301

Fonte: INE, Recenseamento Gerais da População, 2014 e Estimativas de População Residente, citado no PROT-OVT, 2007

3.1 Características gerais dos concelhos da Lezíria do Tejo (NUTS III)

Nos próximos parágrafos destacam-se alguns detalhes acerca da Região das Lezírias, que se referem à demografia, principais atividades económicas, a paisagem, a extensão territorial (sobretudo as características mais marcantes), procurando mostrar a importância da natureza e a forte presença da agricultura na região; os dados que se apresentam foram essencialmente extraídos de informação produzida pela Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT) em 2007, hoje a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) e pelo PROT OVT (2007).

O concelho de Almeirim, ocupa 222,1 Km² de área e possui cerca de 22.000 habitantes. É composto por quatro freguesias (Almeirim, Fazendas de Almeirim, Benfica do Ribatejo e

Raposa) e situando-se muito próximo de Santarém e Lisboa, 7km e 76km, respectivamente. O cultivo de uva para o vinho, o melão e a “Sopa da Pedra” são um dos grandes pontos fortes para o turismo gastronómico.

No município de Alpiarça, a base da economia assenta na agricultura e contém elementos culturais que o destacam na arqueologia e nas artes. O referido concelho tem 8.000 habitantes e 95,4 km² de superfície, um dos menores em Portugal.

Azambuja, por seu turno, é um dos concelhos onde a indústria tem conquistado cada vez mais espaço, muito pela proximidade a Lisboa, facilitando o desenvolvimento dessa atividade. É um concelho com uma extensão 262,7 km². Além da indústria, podem ser encontradas nas áreas de maior fertilidade (próximas do Tejo), a agricultura (arroz) e a pecuária (toiros).

Já Benavente, com mais de 500 km² em dimensão territorial, materializa-se como um dos maiores concelhos da Lezíria do Tejo. Além da agricultura, a indústria especializada em metais e logística tem apresentado um notável crescimento.

Cartaxo, por sua vez, não é um concelho tão extenso territorialmente, pois apresenta cerca de 160 km². A sua economia assenta na produção de tomate.

Na Chamusca, habitam aproximadamente 12 mil pessoas. Este é o concelho que abriga o início das “grandes Lezírias”, área conhecida pela sua grande fertilidade, predominando o cultivo da rizicultura.

O concelho de Coruche é o maior da Lezíria do Tejo, com 1.115,7km². A base da atividade económica está na agroindústria, fruto da grande produção de cortiça.

Com menos 80 km² de área, Golegã é o menor município da LT. As criações de cavalos são os seus grandes atractivos.

Rio Maior é um dos concelhos mais povoados na Lezíria do Tejo, possuindo uma população superior a 20.000 habitantes. A sua geologia e geomorfologia propiciam o aproveitamento das “salinas” e a pecuária (INE, 2014).

Por estar a menos de 50km de Lisboa, o concelho de Salvaterra de Magos apresenta uma acessibilidade maior. Possui 243,9km², apesar da agricultura e pesca serem fundamentais para a Região, o turismo tem-se destacado no últimos anos.

Santarém é o maior concelho em população, da Lezíria do Tejo. Mais de 60.000 habitantes estão distribuídos em 560,3km² do seu território. Além dos serviços, o turismo “gótico” e gastronómico são grandes motivadores do crescimento de visitantes no município. Também, a proximidade à cidade de Fátima, entre outros fatores, acaba por tornar Santarém um “polo” regional. A figura 5 ilustra a população por município da NUTS III Lezíria do Tejo, destacando-se Santarém, Benavente e Almeirim com maior população.

Número de habitantes

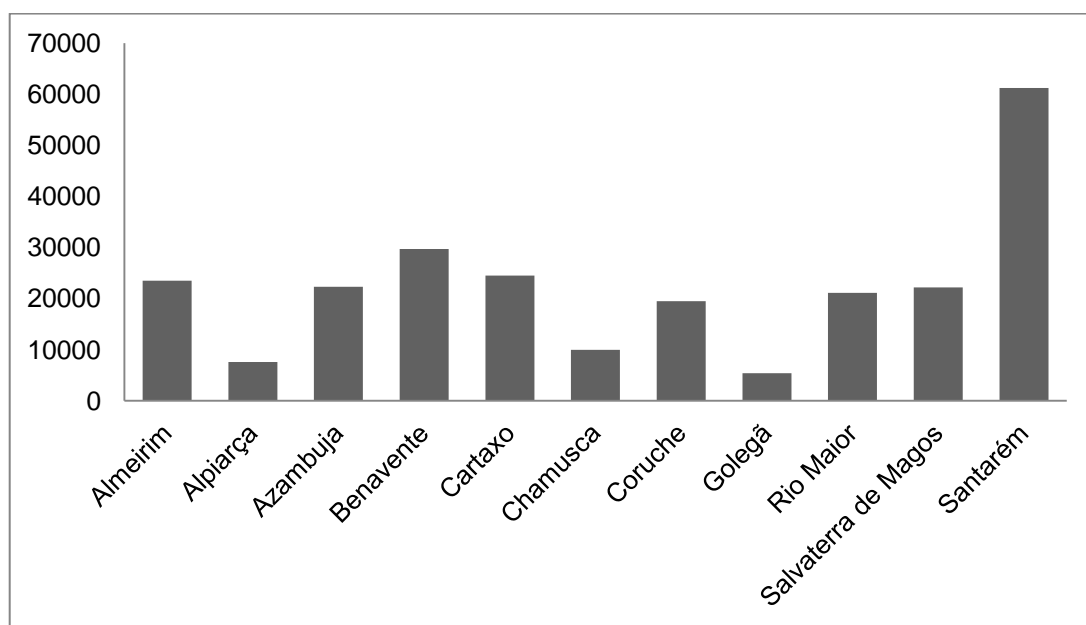


Figura 5: População Total - Lezíria do Tejo (NUTS III) – (2012)

Fonte: INE, 2013

No PROT – OVT (2007) são apresentados 16 UT (unidades territoriais de planeamento) (Oeste Litoral Norte, Oeste Interior, Oeste Litoral Sul, Oeste Interior Florestal, este Interior Sul, Serra de Montejunto, Oeste Florestal, Eixo Ribeirinho – Azambuja / Santarém, Colinas do Tejo, Lezíria do tejo, Maçoço Calcário, Médio tejo Florestal, Eixo Ribeirinho – Barquinha / Abrantes, Charneca Ribatejana, Eixo Ribeirinho e Vale do Sorraia). Essas UT foram divididas conforme as semelhanças na ocupação do solo, dessas, destacamos quatro

por apresentarem características mais marcantes na área de estudo: Lezíria do Tejo e as três subunidades que compõem a Charneca Ribatejana.

A Lezíria do Tejo é composta pelas: *zonas limítrofes do Rio Tejo pertencentes aos concelhos de Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Golegã, Salvaterra de Magos e Santarém. Engloba a totalidade da área de baixa aluvionar do Rio Tejo, cujos solos têm grande fertilidade e aptidão para a agricultura intensiva de regadio (aluviões do Tejo). As explorações agrícolas apresentam uma dimensão económica elevada e superior à média do Oeste e Vale do Tejo (rendimento do trabalho agrícola e produtividade da terra superiores à média nacional e do Oeste e Vale do Tejo). Existe alguma edificação no interior desta Unidade Territorial a qual é pontual e tem carácter concentrado, como é o caso da Golegã. [...] Não obstante se considerar toda a unidade da Lezíria do Tejo como paisagem notável, destaca-se aqui o Paúl do Boquilobo, classificado como reserva natural dado o seu elevado valor ornitológico, enquanto ponto importante nas migrações outonais de aves, bem como com interesse para a conservação da fauna piscícola. Esta unidade abrange também parte da Reserva Natural do Estuário do Tejo, que assume um papel fundamental do ponto de vista ecológico e económico, pelas potencialidades dos solos da Lezíria para a produção agrícola.* (PROT - OVT, 2007: 100).

A unidade territorial Charneca Ribatejana, por sua vez, é composta por outras duas subunidades: Charneca Ribatejana Norte e Charneca Ribatejana Sul. *Possuem uma homogeneidade no que desrespeito a cobertura florestal: caracterizado por montados de sobro (produção de cortiça) alternados com povoamentos de outra espécies florestais, designadamente pinheiro [...]* (PROT – OVT, 2007: 104).

A Charneca Ribatejana Norte caracteriza-se por uma baixa densidade populacional. Seu relevo é: *ondulado suave dominado por montado de sobro alternado com povoamentos florestais, pelo que a paisagem apresenta um carácter agro-florestal.* (PROT – OVT, 2007: 104).

Já a Charneca Ribatejana Sul é de se destacar a: *proximidade ao Novo Aeroporto de Lisboa e a concretização da nova rede de transportes e mobilidade, designadamente o entroncamento do IC3/A13 com o IC11/A10 proporciona a esta subunidade novas dinâmicas resultantes do incremento da acessibilidade ao exterior e da procura por novos usos e activida-*

des. Na zona de Santo Estêvão/ Benavente, por influência das acessibilidades a Lisboa, estão em curso diversos empreendimentos turísticos e residenciais que começam a configurar uma nova área de concentração de alojamentos e de equipamentos de turismo e lazer, com uma importante presença de golfe (PROT – OVT, 2007: 105).

Em síntese, é neste território periurbano, com uma riqueza ambiental ímpar, uma paisagem agrícola e silvícola própria, que se situa a Companhia das Lezírias, que tem sido um importante factor de manutenção da identidade local, das atividades agrícolas e da contenção da expansão urbana.

3.2 Breve história da Companhia das Lezírias

A construção histórica da Lezíria do Tejo está intimamente ligada à evolução da Companhia das Lezírias que foi fundada em 1836 na Casa e Estado do Infantado, denominando-se então Companhia das Lezírias do Tejo e do Sado. Ainda no mesmo ano, a Rainha D. Maria II procedeu à autorização da venda das propriedades de que se compõem as "Lezírias" do Tejo e do Sado, terras estas que foram arrematadas com uma área total de 48 mil hectares, no rescaldo das guerras liberais. Desde então, a Companhia das Lezírias teve um papel preponderante na agricultura, não só na região do Ribatejo, como a nível nacional.

O processo de democratização encetado em 1974 traz uma nova realidade, decidindo-se pela sua nacionalização, com o Estado a comprar aos acionistas todas as ações disponíveis, com o intuito de defender este vasto património, evitando, assim, a especulação. A necessidade de alteração da natureza jurídica tornou-se ainda mais óbvia com a entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia e com a publicação do Decreto-Lei n.º 182/89, de 31 de Maio, que converte a Companhia das Lezírias, de pessoa colectiva de direito público, em pessoa colectiva de direito privado, com os estatutos de sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos. Atualmente, a Companhia das Lezírias conta com cerca de 20.000ha de área (charneca e lezíria) constituindo a maior exploração agro-pecuária e florestal de Portugal (Pequena Companhia, Lezírias, 2015).

O Rio Tejo é um inegável agente natural que aumenta a relevância da região das Lezírias

em Portugal, pois é fonte de vida para muitas pessoas dedicadas a produção de diversas culturas. Arroz, batata, beterraba, cortiça, azeitona, trigo e gado de corte, são exemplos da produção e criações das Lezírias com o passar dos séculos. A fertilidade do solo sempre foi um meio aliciante de permanência das populações, reproduzindo também uma cultura também singular. Por isso, Dom Afonso Henriques decidiu ficar com as Lezírias depois de recuperar os territórios então dominados pelos Árabes (Madaleno, 2006).

Apesar da redução de mais da metade de sua área, a presença Companhia das Lezírias na coroa metropolitana da AML é um importante contentor dos processos de expansão urbana. Segundo Madaleno (2006), em 1884, é criada a primeira indústria de adubos químicos de Portugal, na Póvoa de Santa Iria, no entremeio Lezíria-Lisboa. Essa fábrica, criada para abastecer as produções da região e, sobretudo, a Companhia das Lezírias, estimulou a necessidade de melhorar o abastecimento de água potável, uma vez que à altura, a empresa contava com mais de 500 trabalhadores.

A Figura 6 mostra a importância do “tampão” que da proximidade geográfica da Companhia exerce em relação a Lisboa. Em termos de geopolítica internacional também lhe é acreditada essa relevância.

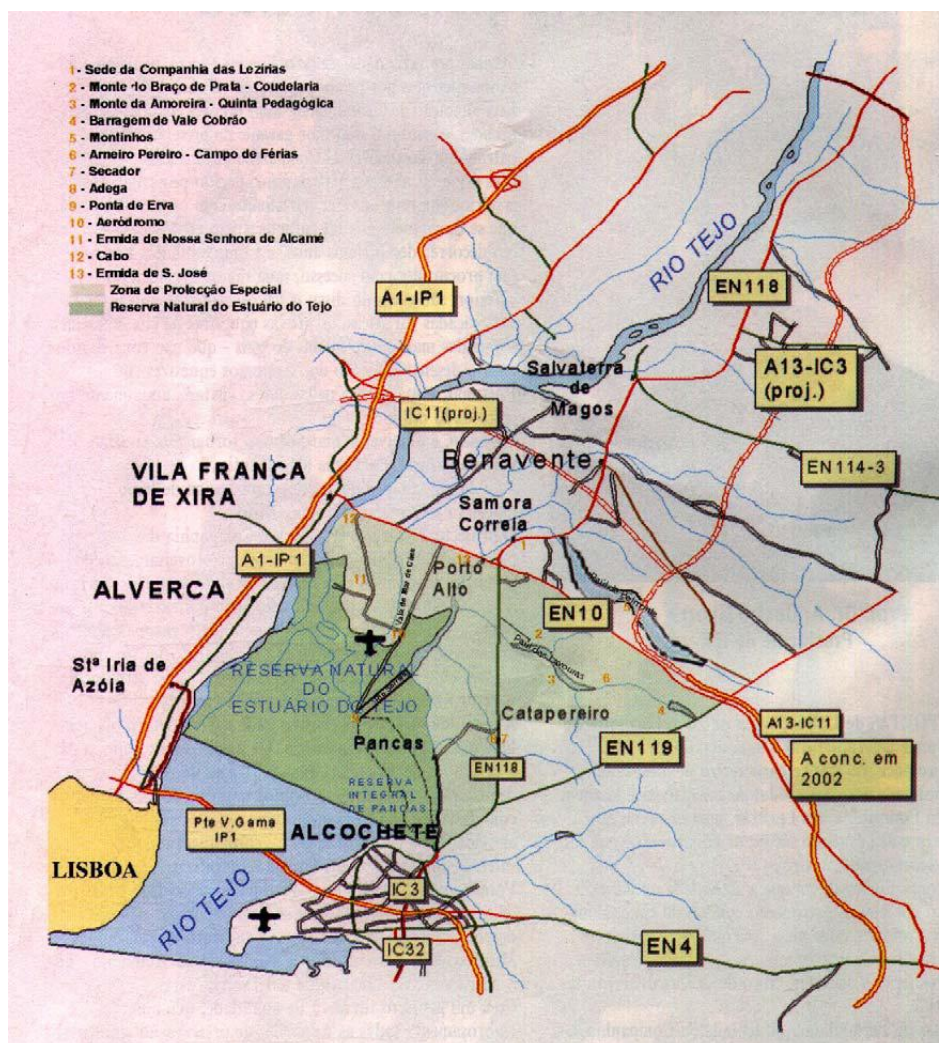


Figura 6: Área afetada à Companhia das Lezírias (2000)

Fonte: Jornal Expresso, 2000 (Extraído de Madaleno, 2006: 18)

O risco de demissão de quase 400 trabalhadores, em 1941, fez com que uma primeira organização surgisse, a Associação de Defesa da Lezíria, criada essencialmente para garantir a redução de possíveis prejuízos para os trabalhadores e para a Companhia. Ainda que atravessando um período de crise, o proprietário do Banco Espírito Santo, adquiriu dezenas de ações da Companhia das Lezírias e tornou-se um dos maiores acionistas da empresa. Nesse período, ainda remanescente a segunda grande guerra, a produção de alimentos tendia a crescer, garantido vultosos lucros nos anos seguintes (Madaleno, 2006).

Após a nacionalização, em 1989, ocorreu uma primeira tentativa de reprivatização por Cavaco Silva, então Primeiro Ministro. Tentativa reiterada em 2000 (Diário de Notícias), porém, sem sucesso. O cenário político e estratégico que sempre acompanhou a

Companhia e os seus territórios comprovam a importância económica e social que a Companhia adquiriu através dos anos.

A Companhia das Lezírias desenvolve atualmente diversas atividades, desde turismo, produção florestal, caça, agricultura, pecuária e produção de equinos e desenvolve projetos de preservação ambiental (Figura 7).



Figura 7: Espaço de Coudelaria da Companhia das Lezírias

Fonte: Assumpção, 2014

O conjunto do valor patrimonial representado pela Companhia das Lezírias pode ser, portanto, encarado como motivador de políticas contínuas de proteção das suas actividades. Vemos, no documento “Portugal 2014-2020”, mais um passo nessa direção, ao reconhecer os *“territórios que integram as estruturas ecológicas e os espaços rurais, nomeadamente a área da Companhia das Lezírias, fundamentais pela dimensão espacial e atividades que comportam e pelos valores paisagísticos e naturais associados”* (CCDR, 2014).

CAPÍTULO 4

Periurbanização na Lezíria do Tejo

A proximidade da Lezíria do Tejo à capital do país associada às novas condições de acessibilidade e de transporte da sub-região, têm sido fulcrais na dinâmica territorial da Lezíria do Tejo. Não obstante, a Lezíria do Tejo tem-se assumido fundamentalmente como um espaço agrícola de excelência, para o qual muito contribuem as suas potencialidades edafo-climáticas.

CULT, 2008:8

Dos aspectos particularmente caracterizadores desta região, destaca-se a presença relevante da agricultura competitiva nas zonas de aluvião da Lezíria do Tejo e também de agricultura extensiva com potencial agroambiental numa parcela substancial do Ribatejo. Porém, este território confina com a área da NUTS III, Grande Lisboa, onde se localiza com maior intensidade o mercado vinculado às alterações do uso do solo (Gonçalves, 2007). Esta posição geográfica, faz com que, na NUTS III da Lezíria, os impactos mais significativos na última década decorram da expansão urbana provocada por Lisboa (Abrantes et al., 2013). Segundo os autores, entre 1996-2006, a taxa de artificialização do solo em Portugal foi de 3%, sendo que na Lezíria do Tejo foi de 3,6% (Figura 8).

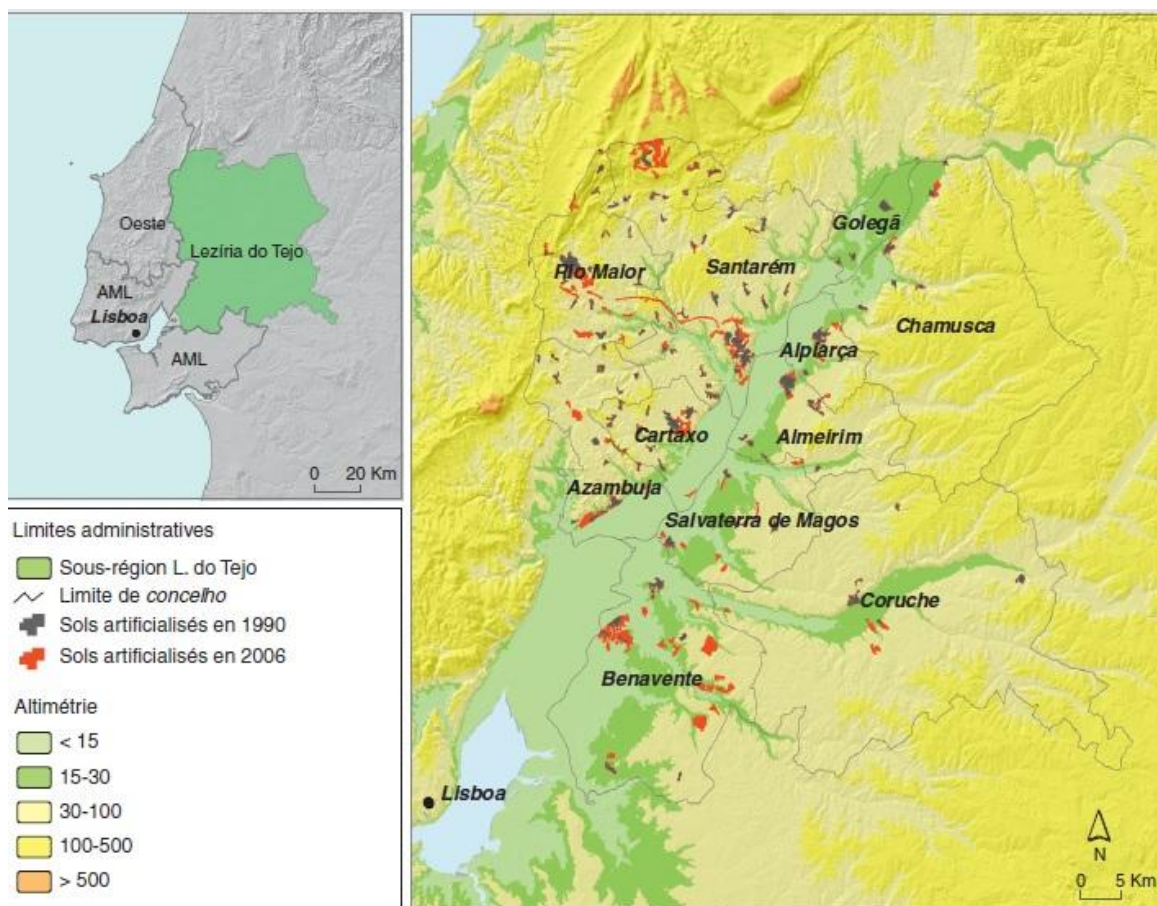


Figura 8: Artificialização do solo na NUTS III Lezíria do Tejo (1990-2006)

Fonte: Abrantes et al., 2013

O diagnóstico estratégico para o setor agroflorestal do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT) também refere como pontos fracos da SWOT para a região, *o aumento dos territórios artificializados e perda de áreas agrícolas* (CCDR LVT, 2007: 27). Se por um lado, esta proximidade é um incentivo à realização do intercâmbio de técnicas, informações e/ou produtos, por outro, fomenta a especulação imobiliária e a expansão urbana, alertando para o risco de hibridação deste território. Este indicador reafirma a necessidade de um ordenamento estratégico onde os seus atributos naturais sejam preservados.

Contíguas à Área Metropolitana de Lisboa (AML), as dinâmicas da Lezíria do Tejo (LT) ocorrem em diferentes escalas. Ao nível da microrregião, verifica-se internamente uma hierarquia da redes e fluxos, por génese natural ou antrópica. Essas hierarquias estão vinculadas, por exemplo, à distribuição dos acessos e aos limites naturais do rio Tejo ou

das áreas consagradas à proteção da natureza, como a Reserva Ecológica Nacional. A região também sempre teve a importante função de abastecer a capital, reafirmando sua relevância geopolítica (Gaspar, 1970).

As alterações na forma de uso da área referente à Lezíria do Tejo não ocorrem de forma abrupta, pois a sua espacialização não é uniforme. No excerto seguinte, podemos confirmar que o concelho de Azambuja está neste “eixo das alterações”, sendo importante observar as designações utilizadas como “expansão suburbana” e “fragmentação”, já discutidas na Parte 1: *A fragmentação do território da AML é especialmente notória em torno dos eixos de expansão suburbana que se formam a partir dos territórios limítrofes ao município de Lisboa. Estes eixos estendem-se, na margem Norte do rio Tejo, ao longo das vias de comunicação rodoviárias e ferroviárias, designadamente nas linhas de Sintra e de Cascais e na linha da Azambuja, envolvendo os territórios de Loures e de Vila Franca de Xira* (INE, 2015: 2).

Os movimentos pendulares (Figura 9) da população da Lezíria do Tejo são relativamente dinâmicos. Os concelhos de Azambuja e Santarém, por razões distintas, apresentam maior dinamismo. Azambuja, por estar mais próximo da AML, mostra consequentemente fluxos maiores de mercadoria, bens e emprego. Santarém, por sua vez, é um polo económico da Lezíria do Tejo, tem maior população, acaba por atrair mais pessoas e atividades.

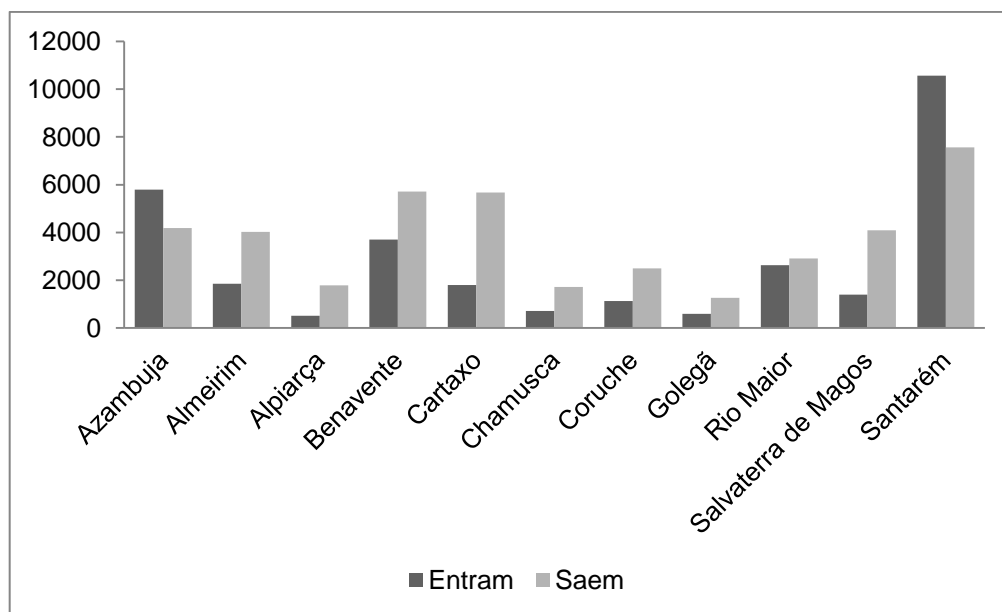


Figura 9: Movimentos Pendulares na NUTS III Lezíria do Tejo (2011)

Fonte: INE, 2011

Estes dados¹ relativos aos movimentos pendulares indiciam uma pressão sobre os solos e a consequente ameaça à sua artificialização, colocando a sua produção agrícola e florestal em risco.

A periurbanização pode ser encontrada na Lezíria do Tejo também pelo crescimento industrial. Nos concelhos de Santarém, Azambuja e Rio Maior estão presentes indústrias com alto padrão tecnológico, como podemos verificar através do PROT-OVT (2007: 26): *[...] analisando a população empregada em indústrias de média e alta tecnologia, em serviços intensivos em conhecimento e em actividades de tecnologias de informação e comunicação, em 2005, verifica-se que a Lezíria do Tejo é onde se registam as maiores proporções de emprego nas referidas áreas, especialmente em Santarém, Azambuja e Benavente. Caldas da Rainha e Torres Novas apresentam as mais elevadas proporções de emprego dos serviços em serviços intensivos em conhecimento, respectivamente 46,3% e 45,7%, assim como as empresas da indústria transformadora de Abrantes e de Benavente têm proporções idênticas de emprego em indústrias de média e alta tecnologia (36,2%).*

¹ Isso não significa que a sua “pendularidade” defina ou seja o indicador necessário para identificação das áreas periurbanas/artificializadas. Na parte 1 deste trabalho, no subcapítulo 1.3 apresentamos os indicadores identificados por vários autores.

As Câmaras Municipais da Lezíria do Tejo, articuladas pela CULT, realizaram uma investigação que identificou as necessidades mais aparentes dos municípios para fazer propostas de desenvolvimento, de entre as quais destacamos: *Intensificar a articulação entre os diferentes modos de transportes públicos (ferroviário / rodoviário); Concretizar o Plano Rodoviário Nacional, com a conclusão dos Itinerários Complementares em projecto como sejam o IC3, o IC10 e o IC13 [...]; Intensificar as ligações em transporte colectivo, sobretudo dentro do núcleo principal, constituído pelos Concelhos de Almeirim, Alpiarça, Cartaxo e Santarém onde as relações funcionais são mais intensas; [...] serviços (por exemplo, escolar e fins de semana) e promover determinadas componentes (optimização de percursos, carreiras, frequências, horários, opções e articulação tarifária, informação ao público, qualidade dos veículos, etc.); Equacionar o desenvolvimento do transporte urbano/local, tendo em vista a melhoria do serviço público e da saúde económica das empresas transportadoras* (CULT, 2007:91).

Podemos afirmar que quase a totalidade dos pontos destacados para a mobilidade estão vinculados a ampliação desses serviços. Conforme vimos em Domingues (2012), quanto maior o número de estradas, mais suscetível determinado território estará a se urbanizar extensivamente. Podemos inferir que, se concretizadas as propostas da Comunidade Intermunicipal, mais atrativa ou vulnerável estará a Lezíria perante a periurbanização².

No Diagnóstico Estratégico Realizado pela CCDDR-LVT (2008), é afirmado que a Lezíria do Tejo possui áreas onde dominam os melhores solos irrigáveis e uma estrutura fundiária pouco limitativa. No seguimento deste trabalho, foi efetuada uma análise SWOT, de onde destacamos as “ameaças” (Quadro 9).

Quadro 9: Ameaças identificadas no diagnóstico estratégico do PROT OVT para a Lezíria do Tejo

Urbanístico	Expansão urbanística com proliferação de empreendimentos nas margens do estuário
	Crescimento da rede viária
Ambientais	Barragens a montante que reduzem o transporte de sedimentos finos.
	Ampliação de zonas industriais e portuárias, nomeadamente à custa das zo-

² Não acreditamos que a melhoria na infraestrutura, especialmente o maior acesso aos transportes, deva ser evitado, mas sim, compreendido como ação que pode gerar efeitos nocivos a determinados setores e que, portanto, podem ser evitados.

	nas de sapal no estuário
	Desmatção frequente de subcobertos florestais
	Agricultura intensiva ou c/ regas forçadas
	Hortofruticultura
	Enxugo e drenagem de terrenos
	Limpeza indiscriminada de ribeiras e suas margens
	Drenagens na lezíria e canais interiores, e aumento da extensão de culturas de regadio
	Caça ilegal e abate de espécies protegidas
	Contaminação das águas do estuário por efluentes urbanos, industriais e agrícolas
	Queima de caniço
	Poluição ou eutrofização de solos e aquíferos superficiais
	Sobreexploração dos recursos pesqueiros e halêuticos

Fonte: CCDR-LVT, 2008:112

A partir deste quadro, verificamos as ameaças colocadas à Lezíria do Tejo e também à região de Lisboa como um todo, uma vez que a maioria dos impactos são ambientais e logo acabam por afetar o sistema ecológico metropolitano. No próximo subcapítulo, vamos analisar as relações de cooperação na Lezíria do Tejo, mais precisamente de que forma as suas ambições se articulam com o fenómeno da periurbanização.

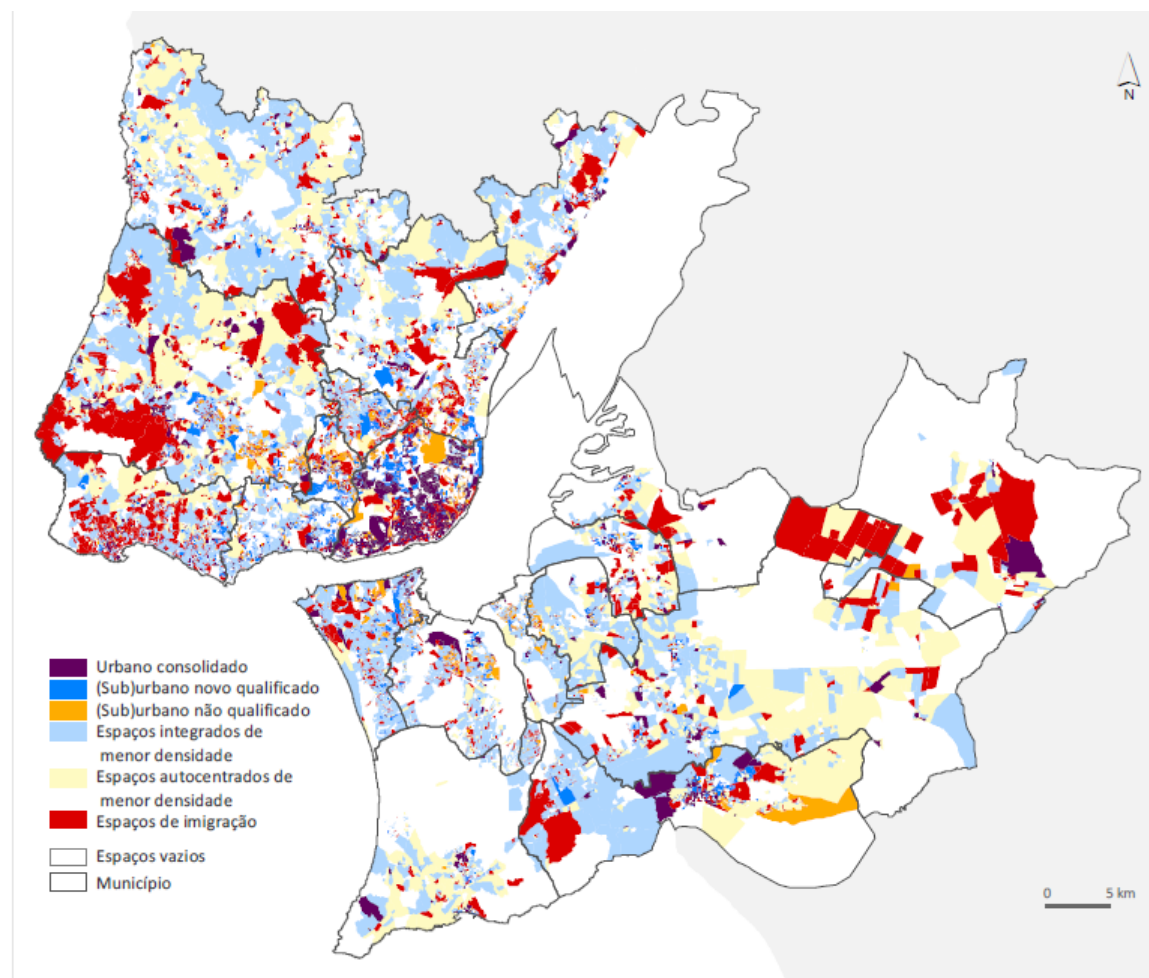


Figura 10: Representação da tipologia socioeconómica da AML (2011)

Fonte: INE, 2014: 2

A Figura 10 que representa um estudo de tipologia urbana proposta pelo INE (2011), pode ser um exemplo elucidativo do processo de urbanização na terceira coroa urbana de Lisboa. O referido estudo do INE, divide a “espacialização urbana” em seis classes socioeconómicas – urbano consolidado, (sub)urbano novo qualificado, (sub)urbano não qualificado, espaços integrados de menor densidade, espaços autocentrados de menor densidade e espaços de imigração. Apesar de não estar representada toda Lezíria do Tejo (apenas seus limites a Sul e Sudoeste), é possível verificar a espacialização do fenómeno “urbano” na região. É neta território que a agricultura possui um papel de destaque.

A importância em reforçar a ideia daquilo que se entende como “urbano” ou “periurbano” importa quando vamos analisar as questões de ordenamento territorial. As políticas públicas de ordenamento afetas à região da Lezíria do Tejo, como em todas as regiões em

Portugal, obedecem a uma hierarquia nacional. Além das normativas estabelecidas pela União Europeia, os instrumentos PNOT, PROT e PDM têm influência inegável nas ações encontradas na região. O Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT) procura: *a espacialização de estratégias de desenvolvimento territorial nos territórios das NUTS III do Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo. Por isso, ocupa, entre o nível nacional e o nível municipal, uma posição chave para a definição das estratégias e das opções de desenvolvimento e de ordenamento regional. O PROT OVT é pois um instrumento privilegiado para promover a reflexão estratégica do desenvolvimento do Oeste e do Vale do Tejo e acolher a tomada de decisão quanto às opções de desenvolvimento territorial* (PROT–OVT, 2007: 8).

Ainda no PROT–OVT (2007) encontramos um dado interessante da “visão para a região Oeste e Vale do Tejo” a respeito a uma intervenção que vai alterar as dinâmicas estabelecidas: [...] *dando prioridade à construção do IC3 (Almeirim/ Chamusca/ Tomar) e à construção de uma ligação ferroviária entre o Novo Aeroporto de Lisboa e a linha do Norte (Cartaxo/ Santarém), eventualmente aproveitando parte do canal da linha de Setil, cria-se um novo eixo de desenvolvimento na margem esquerda do Tejo entre a Península de Setúbal e a Chamusca, ligando, em sequência, à zona do Entroncamento/ V. N. Barquinha, com ramificação, por um lado, para Tomar/ Coimbra e, por outro, para a Beira Interior. Neste quadro de acessibilidade, os novos e futuros eixos viários e ferroviários colocarão Santarém num ponto estratégico de confluência, facto que poderá reforçar o seu papel de centralidade regional* (PROT-OVT, 2007: 34). O projeto de construção do novo aeroporto ligado a este conjunto de infraestruturas rodoviárias e ferrovias são exemplos de um típico movimento anacrónico promovido pelo planeamento do território. Estes instrumentos de ordenamento procuram reafirmar a “sustentabilidade” e a “coesão territorial” como norteadores das suas políticas.

Também observamos neste documento as *Directrizes* que possuem natureza dispositiva e cujo conteúdo remete para aplicação através dos Instrumentos de Gestão Territorial ou de instrumentos de política pública de responsabilidade de outras entidades (PROT-OVT, 2007:110). Destacamos e apresentamos em seguida algumas delas que são referentes a área de estudo desta investigação.

Nas directrizes voltadas para a *Estrutura Urbana* encontramos no Item 1.5 das Implementações, a vontade de *promover a qualidade urbanística do eixo urbano da Lezíria contrubundo para o reforço da singularidade da paisagem notável do Tejo e reforçando a complementariedade funcional assente nos corredores de acessibilidade existentes* (PROT-OVT, 2007: 115). Quando essa directriz aposta na qualificação dos corredores de acessibilidade existentes está a buscar a promoção mais sustentável da região, entretanto, no item seguinte é mais precisa na zona de aplicação da Implementação proposta para *reforço do subsistema urbano Sorraia – Tejo em torno de Benavente/Salvaterra de Magos/Coruche, de forma a responder às dinâmicas e novas exigências geradas pela atractividade do Novo Aeroporto de Lisboa em articulação com Área Metropolitana de Lisboa*. Paralelo ao incentivo desse reforço é sugerido para as directrizes do *Turismo e Lazer*, *favorecer as ligações entre o Oeste, Médio Tejo e a Lezíria, reforçando percursos de visitas* (PROT-OVT, 2007: 137).

Para as orientações do setor *Agricultura e Florestas* não encontramos referência à promoção da agricultura em modo biológico; entretanto é renvidicada a sujeição *das actividades agrícolas desenvolvidas em áreas designadas como zonas Vulneráveis, ao abrigo Directiva Nitratos (Directiva nº 91/676/CEE, do Conselho, de 12 de Dezembro), ao enquadramento previsto nos respectivos Programas de Acção*. Esta directiva Nitratos é o regimento mais avançado na proteção do ambiente encontrada nessa orientação que *procura proteger as origens de água da para consumo humano, e todas as demais utilizações legítimas de água* (PROT-OVT, 2007:145).

Estas orientações ajudam a compreender as políticas públicas de ordenamento do território para a Lezíria do Tejo no conjunto regional. Neste contexto, podemos identificar a necessidade de maior atenção das implicações da periurbanização em relação à agricultura na região. No próximo capítulo será feita uma reflexão mais alargada sobre o tema.

CAPÍTULO 5

Sustentabilidade da Lezíria do Tejo num quadro de periurbanização: a agricultura biológica

O setor europeu dos produtos biológicos regista um rápido desenvolvimento. Ao longo da última década, a superfície das terras agrícolas consagradas à produção biológica na Europa aumentou, em média, meio milhão de hectares por ano. Existem atualmente mais de 186.000 explorações biológicas em toda a UE.

<http://ec.europa.eu/agriculture/organic/organic-farming/>

A substituição da população agrícola tradicional pela população urbana contribui para o desaparecimento das práticas biológicas de controle pragas, formas de cultivo e banco de sementes não modificadas geneticamente, inclusivamente a própria extinção dessas comunidades campesinas. Em contrapartida, a valorização económica dos imóveis rurais em zonas de expansão urbana constitui uma mais-valia para determinados segmentos da população periurbana.

Paul e McKenzie (2013) destacam a emergência da Alternative Food Network (Rede Alternativa de Alimentos), sob a forma de pequenas explorações ambientalmente amigáveis e que surgem nas áreas periurbanas em estreita dependência com os mercados urbanos próximos. O seu estudo vem demonstrar que é possível garantir a “soberania” e identidade dos territórios das franjas urbanas, sem que seja necessário centrar os investimentos na fileira industrial da produção convencional de alimentos (por exemplo, na indústria agroalimentar ligada à agricultura de mercado situada em território periurbano); igualmente reconfigurando as relações produtor-consumidor, onde a qualidade dos alimentos é relevante e também os espaços onde ocorre (Goodman, 2009), daí o surgimento do conceito de rede alternativa.

O desenvolvimento da produção biológica em associativismo na Lezíria do Tejo, por se diferenciar das formas convencionais de produção e comercialização de mercado, enquadra-se na perspectiva da Rede Alternativa de Alimentos que, quando comparada com a produção agrícola de mercado, se destaca pela qualidade e baixos valores de consumo de combustíveis, entre outros benefícios ambientais.

A agricultura biológica, porém, apresenta muitos desafios. Algumas culturas são mais difíceis do que outras para crescer organicamente, no entanto, quase todas as mercadorias podem ser produzidas de forma orgânica. O facto de ser livre de pesticidas químicos ou fertilizantes convencionais, o sabor dos produtos biológicos, as preocupações com o ambiente e o desejo de evitar consumir organismos geneticamente modificados são, entre as muitas outras razões, alguns dos motivos porque os consumidores “esclarecidos” e com capacidade financeira, preferem adquirir produtos alimentares biológicos.

Ao contrário do que se argumenta, a agricultura biológica é um método de produção agrícola e pecuária que envolve muito mais do que a escolha de não usar *inputs* químicos ou transgénicos. A produção biológica é um sistema completo projetado para otimizar a produtividade e a adequação das comunidades dentro do ecossistema agrícola, incluindo os organismos do solo, plantas, animais e pessoas, tendo assim como principal objetivo o desenvolvimento de algo sustentável e harmónico com o ambiente e a sociedade.

Além das preocupações com o ambiente e a não utilização de produtos químicos, razões pelas quais a agricultura biológica é relevante, a agricultura biológica consome uma pequena quantidade de energia, em oposição à grande maioria dos produtos da agricultura convencional, que exigem processos grandiosos de fabricação, logo, utilizando muitos recursos, combustíveis fósseis, etc.

Dentro dos princípios da produção biológica destacam-se, de um modo geral, a proteção do ambiente incluindo a minimização da degradação do solo, poluição, fertilidade da terra a longo prazo, saúde biológica dos seres vivos “cultivados”, diversidade de culturas dentro do sistema implantado. Destaca-se ainda que a agricultura biológica promove o uso de rotações de culturas e preconiza cuidados específicos com os resíduos produzidos para serem reutilizados no solo apostando, portanto, na reciclagem. Deve ainda salientar-se que a agricultura biológica é pluralista, de base local e regional e está em sintonia com o

conceito endógeno de desenvolvimento rural (Goodman, 2009).

5.1 Cultivo e rentabilidade da Agricultura Biológica

Os primeiros anos de produção orgânica são os mais difíceis, pois os padrões requeridos exigem que a terra seja trabalhada com recurso a práticas orgânicas durante um interstício anterior à primeira colheita certificada. Assim, este período materializa-se como um interregno de “adaptação” do solo a um “novo sistema”.

Nessa fase, o fluxo financeiro pode constituir um problema para o produtor, devido à instabilidade produtiva, pois que essa primeira colheita não se qualifica como biológica certificada. Por este motivo, alguns agricultores optam por converter a produção orgânica em etapas. Neste contexto, culturas com um baixo custo de produção são frequentemente cultivadas durante o período de transição para ajudar a gerir este risco.

Os rendimentos de cada cultura orgânica variam dependendo do sucesso do produtor. Se durante o período de transição do cultivo convencional para o biológico, os rendimentos da produção são mais baixos, depois de um período de três a cinco anos, os rendimentos das culturas orgânicas tendem a aumentar. *“Em termos económicos, a agricultura e pecuária orgânicas criam mais valia aos produtos tradicionais, sem fechar a porta à inovação, desde que ajustada à realidade local, permitindo penetrar em mercados onde a procura tem sido superior à oferta, dignificando a imagem do agricultor, que se apresenta como aliado da Natureza. Aliás, em termos ambientais, abrem-se às explorações em modo de produção biológico, imensas oportunidades, desde o turismo rural, turismo de Natureza, turismo de aventura (rappel) passando pelas rotas temáticas (observação de aves, senderismo, espeleologia, etc.) biológicas* (Firmino, 2010: 133).

O cultivo de frutas e vegetais apresentam desafios maiores, dependendo da cultura. Alguns produtores têm apresentado sucesso, enquanto outras explorações podem ter problemas, como no caso das pragas e insetos que são mais graves em algumas regiões do que em outras, pois, a depender da cultura e dos seus métodos, podem ser mais difíceis de gerir e de controlar.

Alguns produtores biológicos têm um valor acrescentado para os seus produtos processando-os na sua própria exploração. Um exemplo é o da produção de compotas,

geleias, sumos, etc., utilizando produtos que não cumprem os padrões de mercado dos frescos. Os produtos biológicos geralmente podem qualificar-se com preços mais altos do que os convencionais. Isto varia de acordo com a cultura, e a etapa de trabalho do produtor, isto é, se é um beneficiador, atacadista, varejista ou se contacta diretamente com o consumidor.

Os preços mais altos podem compensar os custos de produção mais elevados (por unidade de produção) de gestão e trabalho. Alguns produtores, em particular, de cereais e forragens, relatam muito pouca alteração no rendimento, enquanto em algumas culturas, como frutas e leguminosas foram observadas diferenças significativas na produtividade comercial. Além disso, pode haver custos de publicidade mais elevados para desenvolver mercados onde há menos infraestrutura do que nos produtos convencionais.

5.2 A Agricultura Biológica em Portugal

A produção em modo biológico tem crescido continuamente em Portugal, em resultado de muitos fatores, de entre os quais, estão a renovação das mentalidades, aumento do associativismo e funcionamento em rede, e maior incentivo das políticas europeias e nacionais para nichos específicos de mercado. Podemos compreender melhor esses elementos no trecho: [...] *a produção em Agricultura Biológica assume-se cada vez mais como uma oportunidade para a Agricultura Portuguesa. Por um lado porque produz produtos diferenciados, com um valor acrescentado, que têm registado um aumento na procura por parte do consumidor. Por outro lado, este modo de produção faz uso de métodos e práticas respeitadoras do ambiente, permitindo uma gestão sustentável do ambiente e da paisagem. Esta forma de fazer agricultura enquadra-se no espírito da actual política agrícola europeia que aponta no sentido de uma agricultura em harmonia com o ambiente e não como fonte destabilizadora do equilíbrio natural dos ecossistemas. Estes dois vectores fizeram com que a Agricultura Biológica fosse encarada como um dos instrumentos para um desenvolvimento rural sustentável* (Barrote, 2010: 3).

Ainda que em processo de maior entendimento e aceitação da sociedade, já existem leis que regem a produção alimentar em modo biológico. Exemplo disso é o Regulamento (CE) n°834/2007, do Conselho de 28 de Junho de 2007, que legisla sobre algumas regras de comércio dos produtos biológicos em Portugal. O referido Regulamento também regula a

rotulagem dos produtos, o que fomenta maior controlo a partir da certificação do produto biológico que é feita por diversos organismos. Um agricultor que deseja ser certificado como produtor biológico deve dirigir-se a uma entidade certificadora e solicitar uma inspeção independente para verificar se a sua exploração agrícola cumpre os padrões estipulados pela produção biológica.

Os produtores são responsáveis por manter a integridade orgânica do produto. Oriundos de quintas biológicas certificadas, os produtos são rotulados e promovidos como “Produto com Certificação Biológica Acreditado” pela IFOAM (Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Biológica, International Federation of Organic Agriculture Movements). Bona é a cidade na Alemanha que sedia a IFOAM, sendo onde se localizam todas as sedes de ONG da Alemanha.

Segundo Batista e Batista (2011), a área média de explorações dedicadas à agricultura biológica em 2011, para Portugal continental, era de 113 ha, todavia, com grande variabilidade: maior no centro e sul do país quando comparada com o norte, com valores médios das explorações mais reduzidos, o que afeta as técnicas e o sistema de produção.

CAPÍTULO 6

O associativismo como forma de resistência ao modelo de expansão urbana na Lezíria do Tejo

A lógica BIO começou por ser carolice de meia dúzia de lunáticos.

Amaro (2001)

A periurbanização na Lezíria do Tejo é evidente, como pudemos apontar no Capítulo 4, e vai acontecer em dois movimentos, um interno e outro externo. A periurbanização interna é motivada pelos agentes locais das juntas de freguesia e das outras autarquias municipais e, também, pela comunidade urbana. A periurbanização externa, por sua vez, é atribuída aos planos de ordenamento, por exemplo, aos PDM e PROT, e eventualmente resultado colateral das orientações de política estipuladas pela União Europeia. Se por um lado, existe uma tendência nociva na periurbanização geralmente financiada pelo poder privado³ nomeadamente, pelas grandes empresas (bancos, resorts, setor imobiliário), cuja atuação acaba por desarticular as agriculturas tradicionais, por outro lado atuam as organizações que buscam fortalecer as suas atividades nas mais diferentes formas; tais organizações são as “associações” de agricultores.

Apesar do grande esforço que se tem observado na construção das políticas de Estado em aumentar a participação da população no debate das temáticas de interesse social, o seu sucesso ainda não foi suficientemente discutido. As “atividades associativas” ligadas à agricultura são, por excelência, um exemplo de participação para efetivação e reprodução dos seus interesses. Nas estruturas das referidas organizações, cada associado possui o

³ As grandes empresas imobiliárias, por exemplo, utilizam a sua estrutura para participar nas audiências públicas respeitantes à execução dos planos diretores municipais e dos lobbys locais, para tornar possível o seu contínuo ciclo de expansão. Nesses casos, as câmaras municipais, geralmente são convencidas pelo suposto crescimento no emprego e de impostos futuros que haverão de receber.

mesmo peso nas decisões da entidade, possuindo uma forma “horizontal” de gestão.

O fato das associações de agricultores estarem colectivamente organizadas, facilita a representação dos associados nos espaços de discussão pública, bem como na busca por alternativas que possam garantir a existência das suas atividades. Verificamos e acreditamos que essas associações representam não só os seus sócios, mas também outras pessoas que não estejam presentes ativamente, mas que reconhecem a importância de um contraponto na elaboração das políticas de Estado, nas quais os interesses privados têm tido um papel cada vez mais relevante.

A presença dessas associações na Lezíria do Tejo vem adquirindo um papel fundamental de vanguarda contra a “periurbanização nociva”. As pressões “internas e externas” referidas acabam por encontrar obstáculos resultantes da atuação das associações locais de agricultores. Num estudo realizado pelo projeto *Guia de Explorações de Agricultura Biológica* (GABI), foi contruído um banco de dados sobre a expansão da produção biológica em Portugal, tendo sido identificado o seu crescimento no Ribatejo e Oeste, por causa da sua *proximidade de importantes centros urbanos. Como resposta ao desafio que o mercado de produtos de agricultura biológica lança no momento actual, verificou-se um crescimento acentuado do número de operadores (151), que corresponde a um aumento de 50%, em relação ao ano anterior, e de área (23.468 ha) ou seja, cerca do quádruplo do registado em 2004, que é sobretudo devido à expansão das áreas ocupadas pelas pastagens e forragens (21.749 ha) e culturas arvenses (993 ha), ou seja mais 344% e 74% respectivamente, do que em 2004* (Firmino, 2007: 2).

A ideia expressa no parágrafo anterior é reforçada com as investigações realizadas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo que revela serem crescentes as procura de produtos com um significado mais verde, mais sustentável, como exemplo dos “naturais/biológicos”, as matérias-primas alternativas e os materiais reciclados (CCDR - LVT, 2014).

6.1 Organizações de produtores biológicos de Portugal

Portugal conta com aproximadamente trinta associações que realizam atividades para o desenvolvimento da agricultura biológica. Estas são as de apoio a determinado cultivo

(hortícolas) ou criação de animais (caprinos, bovinos, avicultura), as quais procuram, através da formação e por meio de outros subsídios investir na continuidade das produções em modo biológico (Quadro 10).

Quadro 10: Organizações de Produtores Biológicos em Portugal

Organizações	Concelho	NUT III
APARROZ – Agrupamento de Produtores de Arroz do Vale do Sado, Lda	Alcácer do Sal	Alentejo Central
APARROZ – Agrupamento de Produtores de Arroz do Vale do Sado, Lda	Alcácer do Sal	Alentejo Central
APROFNA – Associação de Produtores Florestais e Agro - Pecuários do Norte Alentejano	Alter do Chão	Alto Alentejo
APROFNA – Associação de Produtores Florestais e Agro - Pecuários do Norte Alentejano	Alter do Chão	Alto Alentejo
AGRIDIN – Associação Profissional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Biodinâmica	Amarante	Tâmega
ADRAB – Associação de Desenvolvimento Rural e Agrícola das Beiras	Belmonte	Cova da Beira
APAS – Associação dos Produtores Agrícolas da Sobrena	Cadaval	Oeste
ARAB – Associação Regional de Agricultores Biológicos	Castelo Branco	Beira Interior Sul
ANCPA – Associação Nacional dos Criadores de Porco Alentejano	Elvas	Alto Alentejo
ELIPEC – Agrupamento de Produtores de Pecuária, S.A.	Elvas	Alto Alentejo
ANCPA – Associação Nacional dos Criadores de Porco Alentejano	Elvas	Alto Alentejo
AADE – Associação dos Agricultores do Distrito de Évora	Évora	Alentejo Central
AADE – Associação dos Agricultores do Distrito de Évora	Évora	Alentejo Central
AJAMPS – Associação de Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo	Funchal	R. A. Madeira
APPIZÊZERE – Associação de Protecção Integrada e Agricultura Sustentável do Zêzere	Fundão	Cova da Beira
AAPIM – Associação de Agricultores para a Produção Integrada de Frutos de Montanha	Guarda	Beira Interior Norte
ACRIGUARDA – Associação de Criadores de Ruminantes do Concelho da Guarda	Guarda	Beira Interior Norte
BIORAIA – Associação de Agricultores Biológicos da Raia	Idanha-a-Nova	Beira Interior Sul
AGROBIO – Associação Portuguesa de Agricultura Biológica	Lisboa	Grande Lisboa
FNAP – Federação Nacional dos Apicultores de Portugal	Lisboa	Grande Lisboa
INTERBIO – Associação Interprofissional para a Agricultura Biológica	Lisboa	Grande Lisboa

AGRIARBOL – Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente	Macedo de Cavaleiros	Alto Trás-os-Montes
ACRIGA – Associação de Criadores de Gado e Agricultores	Macedo de Cavaleiros	Alto Trás-os-Montes
Associação de Agricultores Ribeira Teja e Vale do Côa	Mêda	Beira Interior Norte
APPITAD – Associação de Produtores em Protecção Integrada de Trás-os-Montes e Alto Douro	Mirandela	Alto Trás-os-Montes
APATA – Associação de Produtores Agrícolas Tradicionais e Ambientais	Mogadouro	Alto Trás-os-Montes
BIOCÔA – Associação de Agricultores Biológicos do Vale do Côa	Pinhel	Beira Interior Norte
ACORPSOR – Associação de Criadores de Ovinos da Região de Ponte de Sor	Ponte de Sor	Alto Alentejo
NATUR-AL-CARNES – Agrupamento de Produtores Pecuários do Norte Alentejo, S.A.	Portalegre	Alto Alentejo
Associação de Produtores Biológicos de Terras de Bouro	Terras de Bouro	Cávado
MONTES DO NORDESTE – Associação de Produtores de Agricultura Biológica	Torre de Moncorvo	Douro
MinhOrigem – Associação Agro-ecológica do Minho	Vila Verde	Cávado

Fonte: Silva, 2012: XXV

O associativismo surge nesse cenário ameaçado pela expansão urbana, como elemento fundamental na garantia da reprodução das atividades agrícolas. Os agricultores da Lezíria do Tejo têm ainda dificuldades em atuar colectivamente. O facto de não encontrarmos uma associação na Lezíria de produtores biológicos pode estar associado à sua proximidade a Lisboa, onde se instalaram três associações, e/ou ao facto de não haver uma grande tradição associativa na região. Com efeito, “[...] *o reduzido desenvolvimento desta rede de actores leva-nos ainda a concluir sobre a dificuldade de integração entre actores* [...]” (DAUME, 2012: 15)”. Também, segundo um dos agricultores participante de um dos ateliers realizados no decorrer do projecto DAUME, a “[...] *capacidade associativa dos espanhóis que conseguiram se estruturar há 20 ou 30 anos. Nós, temos que esperar mais uma geraçãozinha ou duas* [...]” (agricultor participante num atelier promovido pelo DAUME, 2014).

Apesar da dificuldade da organização em associações de agricultores relacionados com a agricultura biológica na região da Lezíria, é importante destacar as organizações que em Portugal procuram a promoção da agricultura biológica. Estas promovem cursos, organizam de “mercados bio”, providenciam assessoria técnica, apoiam a busca de sementes. A

sua atuação fortalece a produção agrícola e ao mesmo tempo trava o processo de urbanização, impede a fragmentação urbana e a descaracterização dos espaços ameaçados pelo fenómeno periurbanos. Apesar da maioria das associações encontradas no Quadro 10 realizarem as suas ações no âmbito regional, a AGROBIO (Associação Portuguesa de Agricultura Biológica) é uma das exceções, por estar presente ao nível nacional.

6.2 A AGROBIO, Associação Portuguesa de Agricultura Biológica

A fundação da AGROBIO em Portugal, passa pela articulação realizada por Jean Claude que reuniu um grupo de agricultores, médicos e consumidores e estes, já em colectivo, decidiram formalizar a fundação da Associação. Esta é gerida pela assembleia geral, direção e conselho fiscal, tendo, ainda, como grandes parceiros, a IFOAM e a maior organização ambiental portuguesa, a QUERCUS (Associação Nacional de Conservação da Natureza), entidades reconhecidas pela promoção da agricultura biológica. Em 1985, eram 10 associados e hoje, trinta anos mais tarde, conta com mais de 7.000 sócios que possuem um perfil muito diverso nas suas habilitações literárias e idade (AGROBIO, 2014).

Destacamos, entre as outras instituições de associações de agricultores, a AGROBIO devido ao seu protagonismo na promoção das atividades biológicas em Portugal. Guimarães et al., (2002: 16), referem que a partir de meados dos anos 80 a fileira da agricultura biológica começou a organizar-se com a fundação da AGROBIO. Silva (2012: 15), ratifica esse protagonismo quando afirma que [...] *de facto, logo após a sua fundação, a AGROBIO começa a desenvolver actividades de formação (junto de técnicos e 46 agricultores) e de assistência técnica à produção, áreas essenciais ao incremento da actividade e nas quais esta associação foi pioneira e, hoje, perita e líder entre nós.*

Devido a algumas pessoas aproveitarem o “boom” da agricultura biológica para comercializar produtos “ditos biológicos”, a AGROBIO, entende que, para ser um produtor biológico, é preciso obedecer às orientações comunitárias e, sobretudo, possuir certificação. Nesse contexto, os grandes pontos norteadores da associação são (AGROBIO, 2015)⁴:

⁴ Estas informações foram adquiridas a partir da entrevista realizada em Julho de 2014, em Rio Maior, com um dos membros da direção da AGROBIO, Virgílio Pestanha (tesoureiro da AGROBIO). Esta informação,

- Apoio técnico; disponibilização de profissionais especialistas na conversão de tipo de produção, manutenção, controlo de pragas, marketing, jurídico, veterinário (entre outros);
- Formação profissional; realização periódica de cursos dirigidos à educação ambiental e a produção em modo biológico;
- Desenvolvimento da agricultura social, reintegração e hortas biológicas;
- Organização de eventos, publicações e divulgação da agricultura biológica portuguesa (Feira Nacional da Agricultura Biológica, Publicação da revista “A Joaninha” e de outros periódicos).
- Comercialização dos produtos biológicos através de feiras biológicas em diferentes cidades de Portugal.

A AGROBIO tem como foco principal estimular e dar condições de produção ao pequeno produtor, assim, fugindo das práticas do mercado convencional. É ainda, filiada da IFOAM, entidade referência na produção biológica. Além da quotização, a entidade recebe incentivos públicos a partir da apresentação de projetos⁵ para apoio comunitário, sempre retornando essas quantias em serviços para os associados. A maior dificuldade que atracessa a associação, hoje, é que “o apoio dado é muito inferior ao oferecido para a agricultura convencional”. Há projetos de internacionalização em curso, mais precisamente, em Moçambique e São Tomé e Príncipe (AGROBIO, 2014).

Apesar de demonstrar determinada consolidação, o contexto e responsabilidade da disseminação da produção biológica não deveria estar tão dependente das ações promovidas pela AGROBIO. O ideal era que houvesse maior envolvimento social, desde uma transformação cultural no ensino básico até os quadros das instituições públicas, por isso, concordamos com Silva (2012: 15) quando afirma que *não obstante a coesão do movimento biológico, através das suas principais organizações representativas (AGROBIO e INTERBIO), estar longe do desejável, a fragilidade do quadro institucional da agricultura biológica advém sobretudo de um insuficiente envolvimento e compromisso*

todavia, pode ser encontrada no sítio virtual da Agrobio.

⁵ Dois exemplos interessantes de projetos recentes realizados pela AGROBIO são o “Curso Prático de Pão Biológico” oferecido em Fevereiro de 2015 e a presença na mesa para debate da questão da produção biológica no seminário “Ação de Sensibilização: Agricultura biológica e Bolsa Nacional de Terras” da Câmara Municipal de Loures, em Março de 2015.

por parte de uma potencial rede de instituições públicas em áreas chave ao sector (apoio técnico regional e central, ensino/formação, investigação e extensão). Esta situação reflecte, a nosso ver, a ausência de uma opção política pelo desenvolvimento do sector. A existir, a política nacional relativa à agricultura biológica encontra-se confinada (... à retórica dos discursos, planos e medidas sem aplicação prática e na implementação, essa sim obrigatória, dos apoios financeiros e regulamentos comunitários relativos à agricultura biológica que, atingindo tamanha complexidade, esgota-nos a energia necessária à problematização da matéria.

Assim, mesmo sem o apoio público desejado, os mercados promovidos pela AGROBIO reforçam a ideia de associativismo encontrado nos objetivos principais da entidade. Conforme a região e a cidade, cada produtor possui o seu espaço e nele pode comercializar a sua produção com uma periodicidade regular. Além da garantia do recebimento de recursos para a sua subsistência, outra mais valia deste modelo é a proximidade que o consumidor tem do produtor, garantindo maior fiabilidade no produto a ser consumido e maior confiança no seu produtor. O produto biológico torna-se, portanto, uma ponte para o estabelecimento de vínculos e da natural divulgação que o consumidor irá fazer quando confirmar a qualidade dos produtos sem químicos que tem consumido.



Figura 11: Mercado Biológico – Campo Pequeno, Lisboa

Fonte: Assumpção, 2014

Segundo a AGROBIO (2014), as pessoas que procuram “um alimento mais saudável” geralmente são clientes com “boa informação”. Os seus mercados acontecem em onze cidades distintas e três vezes na semana, sendo que a maioria delas ocorre na Área Metropolitana de Lisboa: quarta-feira na Amadora, quinta-feira em Setúbal e ao sábado em Algés, Almada, Aveiro, Carcavelos, Cascais, Lisboa (Campo Pequeno, Figura 11), Loures, Oeiras e Portimão. Nesses mercados pode ser encontrada uma variedade de produtos biológicos para alimentação, estética e saúde (ervas medicinais).

6.3 O paradigma entre a periurbanização e o associativismo na Lezíria do Tejo

Explicitado na introdução deste trabalho, foi proposto como uma das questões de investigação responder *De que modo a agricultura associativa nos territórios periurbanos pode se reproduzir face a urbanização expansiva?*. Depois de procurar entender a periurbanização e em sequência, as suas implicações na Lezíria do Tejo – Portugal, trazemos neste subcapítulo um conjunto de resultados que mostram a espacialização e tipificação dos agricultores vinculados à AGROBIO na região.

A AGROBIO possui duas categorias de associados, a saber: produtores e consumidores. Para os consumidores são disponibilizados descontos no material produzido, nos alimentos do mercado biológico e nos cursos oferecidos. Os produtores, por sua vez, possuem uma organização um pouco mais complexa e estão divididos em duas categorias: a dos que possuem o “Cadastro de Assistência Técnica” (CAT) e os que não o possuem. Como a nomenclatura sugere, os produtores com CAT têm acesso ao acompanhamento contínuo do corpo de profissionais da AGROBIO. Os Quadros 11 e 12 mostram dados referentes à área em modo biológico e número de produtores por distribuição regional desses produtores em Portugal. Observamos que existe uma grande diferença nos números dos associados e, segundo a AGROBIO (2014) a tendência é para o aumento dos membros com assistência técnica.

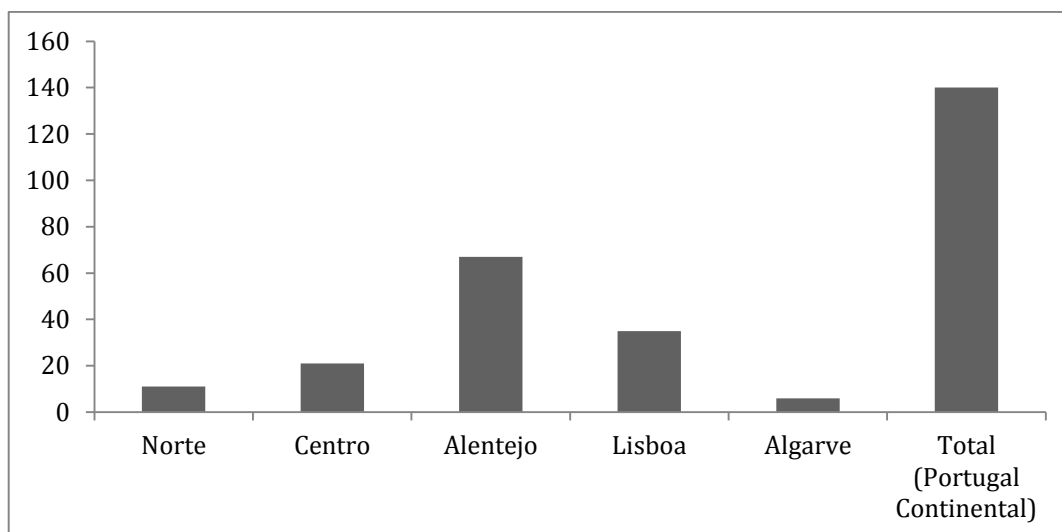


Figura 12: Número de produtores sem CAT e área de produção (2014)

Fonte: AGROBIO, 2014

Quadro 11: Número de Produtores Associados à AGROBIO com CAT e Área de Produção (2014)

NUTS III	Área em Biológico (ha)	%	Número de Produtores CAT	%
Grande Porto	22,07	1,2	2	4,3
Península de Setúbal	47,53	2,6	3	6,5
Algarve	258,04	14,2	1	2,2
Baixo Alentejo	186,49	10,3	2	4,3
Pinhal Litoral	51,65	2,8	1	2,2
Alentejo Central	408,64	22,5	5	10,9
Grande Lisboa	299,42	16,5	16	34,8
Serra da Estrela	4,02	0,2	1	2,2
Alentejo Litoral	21,02	1,2	1	2,2
Douro	9,66	0,5	2	4,3
Dão-Lafões	12	0,7	1	2,2

Minho-Lima	0,22	0,01	1	2,2
Alto Alentejo	74,17	4,1	3	6,5
Oeste	8,35	0,5	2	4,3
Médio Tejo	0,85	0,0	1	2,2
Lezíria do Tejo	409,24	22,6	4	8,7
Portugal (Total)	1813,37	100	46	100

Fonte: AGROBIO, 2014

No mês de Junho de 2014 foi realizado um trabalho de campo em que pudemos entrevistar e aplicar questionários e conhecer a produção dos quatro agricultores associados CAT da AGROBIO e residentes na Lezíria do Tejo (nas Freguesias de Azóia de Cima, Fráguas, Outeira da Cortiçada e Rio Maior). Apesar da quantidade de entrevistados apontar para pouca representatividade, os dados do Quadro 11 demonstram que a Lezíria do Tejo é a maior região NUTS III em Portugal com área total para a produção biológica dos associados da AGROBIO em regime de CAT (Cadastro de Assistência Técnica).

O questionário referido (em Anexo) procurou identificar quatro eixos de discussão: caracterização; sistema de produção; atividade familiar; e AGROBIO, ambiente e futuro. Na *Caracterização* procuramos saber o grau de vinculação que os produtores possuem com a agricultura e sua sensibilidade para atividades associativas que usufruem dos trabalhos da AGROBIO. No grupo de questões acerca do *Sistema de Produção* buscou-se saber se havia diversidade na exploração das áreas, outras formas de aproveitamento, internacionalização e capacidade de transformação dos produtos. O eixo da *Atividade Familiar* procurou saber a interação da família com a produção e a existência de outras formas de financiamento para a produção. Por fim, em *AGROBIO, meio ambiente e futuro* foi discutida a visão dos produtores as relações entre as mais valias de uma agricultura mais saudável, mudanças no ambiente e a importância da associação.

Da análise dos dados obtidos nos questionários, começamos com “caracterização” onde os produtores associados possuem em média 50 anos de idade, ensino superior completo e praticam a AB (Agricultura Biológica) há pelo menos dez anos. Em relação à história da

relação com o meio rural, três dos quatro produtores saíram da cidade por entenderem que ao produzir em modo biológico lhes traria uma forma de vida mais saudável. Todos possuem vinculação com alguma outra entidade associativa além da AGROBIO, sendo que as associações que mais se destacam, são a Cooperativa Agrícola de Rio Maior, Colher para Semear e a INTERBIO.

Em seguida o “sistema de produção” revelou que nenhum dos produtores entrevistados realiza algum outro tipo de atividade na sua área, como reflorestação, exploração de madeira ou caça, mostrando que existe uma especialização na agricultura. São responsáveis por empregar pelo menos dez pessoas e, juntos, produzem aproximadamente 500 toneladas de produtos biológicos divididos (principalmente) em: aromáticas, hortícolas e vitivinicultura. Destaca-se um dos produtores que possui estrutura para transformar seus produtos fazendo compotas, patês, doces, molhos e consegue exportar para países como França e Inglaterra.

Em relação a “atividade familiar” todos os entrevistados disseram ter algum tipo de parentesco envolvido na produção (esposa, filho e outros parentes) e conseguem sustentar a alimentação familiar com a própria produção. Quando indagados sobre algum outro tipo de renda, três entrevistados tem na reforma uma segunda fonte de rendimento. Apenas um recebeu recusos do governo, a partir dos recursos disponíveis no QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional).

No último eixo, “AGROBIO, ambiente e futuro”, identificamos que em geral os associados na Lezíria do Tejo acreditam que as ações promovidas pela AGROBIO são fundamentais para sua continuação na agricultura biológica e, na opinião de um dos produtores “seria muito complicado, estabelecer-se sem apoio da rede proporcionada pela associação”. Todos os associados entrevistados elogiaram a fertilidade do solo depois da transição para a agricultura biológica. Apesar disso, existe uma preocupação entre todos os agricultores na questão dos usos da terra no entorno da sua propriedade do avanço da monocultura do eucalipto e de alguns empreendimentos imobiliários. Para o futuro da sua produção todos gostariam que seus filhos continuassem as atividades em curso, mas reconhecem que pode ser difícil. Um dos entrevistados afirmou que “para o futuro são necessárias mais pessoas com vocação”.

Os mais de 400 hectares de área produzidos por estes agricultores de produção em modo biológico associados à AGROBIO, na Lezíria do Tejo, podem ser tidos como sinais da possibilidade de harmonia entre a produção agrícola e um crescimento mais inteligente das cidades. Também, o empenho da associação no movimento duplo de procurar aumentar os seus associados e o serviço prestado aos que já ali estão associados são demonstrações de que a agricultura associativa tem um compartimento mais incisivo na luta pela sua existência.

A partir desse conjunto de fatores e relações, aos quais juntamos as informações obtidas nos ateliers promovidos no âmbito do projeto Daume, podemos afirmar que o associativismo na região tem-se mostrado como ponto de resistência ao “assédio” proposto na retórica dos planos e nas práticas dos atores produzidos nos últimos anos. E talvez não se deva entender o associativismo como um processo terminado, e por isso, todos os atores envolvidos na reprodução da agricultura biológica associativa na Lezíria devem estar vigilantes e somando esforços para evitar o decréscimo ou possível extinção da atividade na região, dadas as pressões de diversos setores de atividade, como o imobiliário.

CONCLUSÕES

A imprecisão ou a proliferação de definições existentes quanto ao conceito de periurbano podem ser prejudiciais ou estimulantes para o futuro da atividade de planeamento. Na prática, as definições clássicas mais simplistas, “rural” ou “urbano”, ficaram amarradas a um passado e na atualidade os territórios “híbridos”, porque se caracterizam por um pouco dos dois, carecem de um entendimento abrangente. Por isso é urgente explicar as dinâmicas periurbanas como parte integrante de ambos os conceitos e respetivos territórios, já que será difícil encontrar hoje áreas que não contenham elementos dos dois mundos, o rural e o urbano. Os instrumentos de ordenamento do território têm definitivamente de abordar esta questão muito frontalmente, o que não fizeram até à data.

Atualmente, as estruturas de governança procuram, a partir da formulação do planeamento estratégico (patente nos planos regionais), “horizontalizar” as ações de política nas esferas da cidade construída e por construir, caracterizando políticas reformistas ou conciliatórias. Contudo, as práticas mostram que o capital molda o perfil de políticas públicas, consoante o seu interesse, pois nem sempre ao discurso mais normativo da ação pública com implicações nos privados, corresponde uma prática em conformidade. Urbanizações especulativas dispersas, resorts turísticos, e outros empreendimentos económicos diversos, como os parques eólicos, abundam nos territórios periurbanos e são um resultado de um desfazamento entre a teoria e a prática do planeamento.

Normalmente, os instrumentos de planeamento territorial apresentam os espaços periurbanos como “áreas de expansão” ou “espaços urbanos não-consolidadas”, pelo que, a imprecisão na significação destes territórios deixa as normativas legais frágeis e flexíveis, contribuindo para a reprodução daquele planeamento tradicional, racionalista e funcional que é rígido e, em muito, excludente.

Quando enfatizamos a necessidade de repensar as estratégias políticas e as práticas de planeamento para com os territórios periurbanos, estamos a afirmar os objetivos de redução de desequilíbrios e do aumento da qualificação destes territórios, e a sobrevivência de importantes práticas e modos de vida ameaçados, como é o caso da agricultura e do mundo rural.

A realização de atividades agrícolas nas áreas periurbanas e urbanas exigem dos políticos, técnicos, académicos, entidades não governamentais, cidadãos e do setor privado cuja atividade tem impacto no território, uma reflexão mais abrangente que garanta a sustentabilidade dessas práticas, até para a viabilidade, qualidade, integração e coerência destas áreas. É preciso que os atores, em particular do ordenamento do território, criem ou ampliem os instrumentos de intervenção específicos, evitando subjetividades e potencializando a manutenção das áreas mais ameaçadas pela pressão da urbanização na proximidade das áreas metropolitanas e de maior fragilidade.

As áreas periurbanas são alvo de fortes transformações, sendo elas na função ou na estrutura do espaço. Estas grandes mudanças no crescimento daquilo que concebemos como “urbano”, está na melhoria dos transportes e comunicações, nas presença de áreas verdes, e no grande interesse pelos espaços de lazer de fim de semana. Os estudos desenvolvidos pela CULT para os municípios da região, bem como os instrumentos de política territorial (o PROT-OVT), contêm certas contradições nas suas orientações para o desenvolvimento do território. Com efeito, o Plano regional, por um lado, apoia o desenvolvimento da rede de transporte regional, o reforço da centralidade de alguns dos seus centros urbanos ,e os empreendimentos turísticos, que tendem a estimular novas procura acentuando o processo de urbanização (sobretudo a expansão urbanística nas margens do estuário) e, ao mesmo tempo, defende os elevados valores ambientais e patrimoniais da Lezíria, sem todavia mencionar a agricultura biológica.

A Lezíria do Tejo junto a Área Metropolitana de Lisboa está situada nessa porção de território que corre o risco de perder a sua identidade rural e agrícola. Como em outros espaços, na proximidade da expansão urbana, existe uma inegável vontade em torná-la uma área apetecível para residir, geralmente, apoiada pelos empreendimentos agroturísticos e imobiliários promovidos pelos interesses do setor privado. A presença da Companhia das Lezírias e o seu papel enquanto “contentor” de iniciativas imobiliárias e outras atividades económicas e promotor de políticas ambientais, é certamente um adequado impeditivo à periurbanização. De igual forma, o associativismo ligado às atividades agrícolas na Lezíria do Tejo, em particular promovido pela AGROBIO e seus agricultores na região, surge na atualidade como vanguarda na promoção não só da alimentação mais

saudável e da qualidade ambiental, mas também, como uma garantia da coexistência da agricultura e do urbano (Ascher, 2012).

Na Introdução levantamos quatro questões que temos consciência de ter respondido apenas parcialmente devido à complexidade do tema em estudo e da fragilidade da metodologia face ao enredo do periurbano. Se por um lado acreditamos que as políticas públicas são relevantes para a relação urbano-rural (questão 1), a sua definição e aplicação não são totalmente consistentes e condizentes com a realidade do “rural” da Lezíria que se “urbanizou”.

De igual forma, o ordenamento do território não se encontra isolado das forças de mercado (questão 2), sendo frequentemente influenciado por elas. Não é aleatória a existência de enclaves turísticos e residenciais de luxo, murados, com campos de golfe incluídos, nos territórios da Lezíria, projetados para uso exclusivo de grupos sociais de elevado rendimento, “consentidos” pelas políticas territoriais. Todavia as “manchas” de utilização do solo definidas pelo PROT-OVT parecem claramente definir as vocações fundamentais numa perspetiva a longo prazo, assumindo as grandes unidades territoriais a preservar, pelo menos do ponto de vista agrícola, silvícola, hídrico e paisagístico. Neste contexto, é necessário garantir o equilíbrio entre as pressões do mercado e a preservação do que as políticas públicas definiram como “relevante” para a região.

A qualidade dos territórios periurbanos é reforçada pela agricultura biológica (questão 3), o que é revelado através dos entrevistados associados da AGROBIO e das opiniões e resultados dos ateliers DAUME decorrentes na Lezíria. Revela igualmente um desejado equilíbrio com a pressão do mercado das proximidades que procura qualidade e que é abastecido por estes agricultores nos mercados biológicos.

Todavia a agricultura, não convencional na Lezíria do Tejo, é marginal pois está representada apenas por quatro explorações. A sua persistência no território em estudo (Questão 4) depende seguramente do associativismo, do conhecimento técnico, da organização da produção e da distribuição que a AGROBIO promove. A agricultura biológica na Lezíria representa também uma renda alternativa, promove uma relação sustentável com o ambiente – e tem sido crescentemente apoiada pela UE –, questiona as bases da agricultura convencional, e poderá coexistir em complementaridade com os “novos rurais” que procuram

crescentemente esta região (Cristóvão et al., 2001). Quer isto também significar que a agricultura biológica tem lugar juntamente com outras atividades económicas (como o turismo rural, por exemplo). O envolvimento das políticas públicas com a produção “bio” é sem dúvida relevante para o desenvolvimento sustentável do território, pois reforça a valorização dos recursos territoriais, naturais e paisagísticos da Lezíria do Tejo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrantes P, Costa E, Queirós M, Padeiro M, Mousselin G (2013) Lezíria do Tejo: agriculture et étalement urbain aux marges métropolitaines de Lisbonne. *Cahiers Agriculture*, 22(6): 526-534.
- Abrantes P, Morgado P, Costa E, Queirós M, Gomes E (2012) Análise de redes e S.I.G.: uma análise exploratória aplicada aos actores urbano-rurais da Lezíria do Tejo. *Actas do IX colóquio ibérico de estudos rurais*. SPER, CEG-IGOT-UL.
- Allen A (2003) Environmental planning and management of the peri-urban interface: perspectives on an emerging field. *Environment and urbanization*, 15(1): 135-148.
- Ascher, François (1995) *Metapolis ou l'avenir des Villes*. Paris: Odile Jacob.
- Ahmed N, Englund J, I Åhman, M Lieberg, Johansson E (2011) Perception of pesticide use by farmers and neighbors in two periurban areas. *Science of the Total Environment*, (412): 77-86.
- Amaro C (2000) A Agricultura biológica. *Noticias Magazine*, (11/01): 36-62.
- Almeida J, Condessa B, Pinto P, Ferreira J (2013) Municipal Urbanization Tax and land-use management — The case of Tomar, Portugal. *Land Use Policy* (31): 336-346.
- Apump (2008) Association des professionnels de L'urbanisme de Midi Pyrenees. Projecto de cooperação “desenvolvimento urbano sustentável”. Interreg IV B SUDOE.
- Aquino A, Assis R (2007) Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. *Ambiente & sociedade*, 10(1): 137-150.
- Arango-Escobar G (2013) Salvemos el espacio rur urbano colombiano. *Cuadernos de vivienda y urbanismo*, 1(2): 394-409.
- Ascher, François (2010) *Novos princípios do urbanismo seguido de novos compromissos urbanos: Um léxico*. Livros Horizonte, Lisboa.
- Bairoch, P. (1985). *De Jéricho à Mexico: villes et économie dans l'histoire*. Paris: Gallimard.
- Barata Salgueiro T (1997) Metrópole policêntrica e fragmentada, *Finisterra*, (XXXII): 63.
- Barata Salgueiro T (1999) Ainda em torno da Fragmentação do Espaço Urbano. *Inforgo*, (14): 65-76, Lisboa.
- Barrote I (2010) *Manual de conversão ao modo de Produção Biológico*. Divisão de produção agrícola – Direção regional de Agricultura e Pescas do Norte.
- Batista J, Batista E (2011) *Uma Perspectiva sobre a Agricultura Biológica em Portugal*. Projecto de Parcerias Leonardo da Vinci “Criação de uma plataforma para comunicação entre ciência e prática num sistema de produção biológica”.
- Botequim B (2008) *O desafio do desenvolvimento rural num contexto de mudança demográfica: Lezíria do Tejo 2001-2021*. Dissertação de Mestrado em Estatística

e Gestão de Informação, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

- Bryant C, Sánchez N, Delusca K, Daouda O, Sarr A (2013) Metropolitan Vulnerability and Strategic Roles for Periurban Agricultural Territories in the Context of Climate Change and Variability. *Cuadernos de Geografía-Revista Colombiana de Geografía*, 22(2): 55-68.
- Buixadé I (2008) As dificuldades de manter a agricultura peri-urbana. O exemplo da área irrigada de Lleida. *Scripta Nova*, Vol. XII (284): 1-15.
- Byé P, Fonte M (1993) New functions for rural space in Western Europe: A challenge for agricultural techniques. *International journal of sociology of agricultural and food*, Vol. 3: 82-96.
- Cabannes Y, Raposo I (2013) Peri-urban agriculture, social inclusion o migrant population and right to the city. *City*: 17(2): 235-250.
- Calheiros A (2012) A contraurbanização: paisagem e humanidade. *VII Congresso Português de Sociologia*. Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Catherine A, Mouillot D, Maloufi S, Troussellier M, Bernard C (2013) Projecting the Impact of Regional Land-Use Change and Water Management Policies on Lake Water Quality: An Application to Periurban Lakes and Reservoirs. *Plos one*, 8(e72227): 1-11.
- CCDR LVT (2007) *PROT OVT, Diagnóstico Estratégico Agro-florestal*. Documento de Trabalho (coordenação de Francisco Avillez), 26/02/2007.
- CCDR LVT (2007) *Plano de Ordenamento do Território para o Oeste e Vale do Tejo*. Lisboa, CCDR LVT.
- CCDR LVT (2014) *Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020*. Lisboa, CCDR LVT.
- Clément C (2012) *La publicisation des espaces agricoles périurbains: du processus global à la fabrique du lieu*. Thèse de doctorat de géographie, Université Paul Valéry, Montpellier III.
- Colucci A (2011) *Rurban Landscapes. Europe in the Mediterrenean*. Lombardy, 1-52.
- Costa E (2000) *Cidades Médias e Ordenamento do Território – O caso da Beira Interior*. Dissertação de Doutoramento em Geografia – Planeamento Regional e Local, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Cristóvão A, Koehnen T, Strecht A. (2001) Produção agríciola biológica (orgânica) em Portugal: evolução, paradoxos e desafios. *Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.* (2,4): 37-47.
<http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n4/revista_agroecologia_a_no2_num4_parte09_artigo.pdf > Acesso em Setembro de 2014.

- Crovetto M (2007) Nueva territorialidad: un proceso social y económico de solapamiento entre lo rural y lo urbano. *En 4º Jornadas de Jóvenes Investigadores*, IIGG-FSOC-UBA, Buenos Aires.
- CULT (2007) 20 anos de associativismo Municipal. Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo Imagem e Letras – Edição e Publicações , Lda.
- DAUME (2014) Durabilidade da Agricultura periurbana nas regiões do Mediterrâneo. < <http://www1.montpellier.inra.fr/daume/>> Acesso em Dezembro de 2014.
- Dias, A (2007) Agricultura Biológica. Caderno Técnico – Confederação Nacional da Agricultura.< http://www.cna.pt/artigostecnicos/angeladias/69_vtagosto2007_angeladias.pdf> Acesso em Março de 2015.
- Domingues A (1985) (Sub)úrbios e (sub)urbanos – o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, (X/XI): 5-18, Porto.
- Domingues A, Marques T (1987) Produção industrial, reprodução social e território - materiais para uma tentativa de abordagem do Médio Ave. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (22): 125-142.
- Domingues A (2010) A rua da Estrada. *Cidades – Comunidades e territórios*. (20/21): 59-67.
- Drescher A, Iaquina D (2000) Defining peri-urban: understanding rural—urban linkages and their connection to institutional contexts. *Paper presented at the Tenth World Congress of the International Rural Sociology Association*, 1 August 2000, Rio de Janeiro.
- Drescher A (2003) Urban agriculture and land use planning. *Annotated bibliography on urban agriculture. Urban Agriculture Programme - ETC Netherlands*: 554-567.
- Durán F (2006) Difusión Urbana y Cambio Social en los Territorios Rurales: un estudio de casos en la provincia de Granada. *Revista de Estudios Regionales*, (3): 179-203.
- EEA, European Environment Agency (2006) *Urban Sprawl: The ignored challenge*. Report 10/2006.
- European Commission (2011) *Preparatory action “Partnership for sustainable urban-rural development”*. Budget line 13 03 27, C(2011)962, Brussels.
- Eriksen P (2008) Conceptualizing food systems for global environmental change research. *Global environment change*, (18):234-245.
- FAO, (2015) Food and agriculture Organization < <http://www.fao.org/>> Acesso em Maio de 2015.
- Ferrão J (2011) *O ordenamento do Território como Política Pública*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

- Firmino A (2007) *Guia das explorações de agricultura biológica*. Projecto GABI, Universidade Nova de Lisboa.
- Firmino A (2010) O Contributo da Agroecologia para o desenvolvimento sustentável em áreas com riscos de desertificação: Mértola (Portugal). *In: Desertificação, desenvolvimento sustentável e agricultura familiar: recortes no Brasil, em Portugal e na África*. Emília Moreira, Ivan Targino (Organizadores). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; Ministério do Meio Ambiente.
- Freiria S (2009) Expansão urbana e riscos naturais: o caso de Coimbra. *Dissertação de mestrado em Dinâmicas Naturais e Riscos Naturais*, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- Freyre G (1982) *Rurbanização: Que é?* Massangana. Recife.
- Gama A (1992) Urbanização difusa e territorialidade local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (34): 161-172.
- Gama A (1987) Indústria e produção de um espaço peri-urbano. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (22): 33-54.
- Goodman D., Goodman M (2009) *Alternative Food Networks*. Elsevier (HUGY00889).
- Gaspar J (1970) Os portos fluviais do Tejo. *Finisterra*, (10): 153-204.
- Gonçalves C (2009) *Expansão urbana e mercado imobiliário: a cidade das Caldas da Rainha como laboratório*. Dissertação de mestrado em Geografia, especialização em urbanização e ordenamento do território, Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Guimarães M, Sequeira, M, Ferreira F (2002) *A agricultura biológica na Região do Porto*. Faculdade de Economia do Porto.
- Hidalgo R, Borsdorf A (2009) El crecimiento urbano en Europa: conceptos, tendencias y marco comparativo para el área metropolitana de Santiago de Chile. *Estudios geográficos*, 70(266): 181-203.
- Iaquinta, D L, Axel W D (2001) More than the spatial fringe: an application of the peri-urban typology to planning and management of natural resources. *Paper prepared for the conference on Rural–Urban Encounters: Managing the Environment of the Periurban Interface*. Development Planning Unit, University College London.
- Instituto Nacional de Estatística – INE (2012) *Censos 2011 Resultados Definitivos – Portugal*.
- Instituto Nacional de Estatística – INE (2015) *Tipologia Socioeconómica das Áreas metropolitanas de Lisboa e Porto*.
<http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cont_inst&INST=6251013> Acesso em Maio de 2015. > Acesso em Maio de 2015.

- Kirat T, Torre A (2007) Conflits d'usages et dynamiques spatiales. Les antagonismes dans l'occupation des espaces périurbains et ruraux (II). *Géographie, économie, société*, 9(2): 119-120.
- Laboratório da Paisagem (2014) *Ação integrada e participada das políticas ambientais e do desenvolvimento sustentável*. Universidade do Minho.
- Lourenço J, Quental N (2007) *Naturbanization and sustainability in the National Park of Peneda-Gerês*. International Workshop on naturbanisation in National Parks of the European Union, 1-16.
- Lourenço-Lindell I (1995) Food for the poor, food for the city: the role of urban agriculture. *Paper presented at ODA Workshop on The Social and Environmental Implications of Urban Agriculture*, University of Zimbabwe, Harare, 30-31 August.
- Lopes J (2012) *Território e participação política: o colegiado territorial norte fluminense*. Dissertação de mestrado em administração pública, Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- Losada H, Martinez H, Vieyra J, Pealing R & Cortés J. (1998) Urban agriculture in the metropolitan zone of Mexico: changes over time in urban, suburban and peri-urban areas. *Environment and Urbanization*, 10 (2): 37-54.
- Madaleno I (2006) Companhia das Lezírias – O passado e o presente. *Revista de Historia Contemporanea*, (6): 1-43.
- Marques T, Guerra P, Santos H, Silva F (2011) *Da Rua à Metrópole: morfologias, policentrismo e vivências urbanas*. Simpósio A rua é Nossa... De todos nós!, Lisboa.
- Marraccini E, Lardon S, Loudiyi S, Giacché G, Bonari E (2013) Durabilité de l'agriculture dans les territoires périurbains méditerranéens: enjeux et projets agriurbains dans la région de Pise (Toscane, Italie). *Cahiers Agricultures*, 22(6): 517-525.
- Mateus M (2009) *Campos de Coimbra: do rural ao urbano*. Dissertação de doutoramento em Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- McCann P, Acs J (2011) Globalization: countries, cities and multinationals. *Regional Studies*, 45(1): 17-32.
- Merrifield A (2011) The right to the city and beyond: notes on a Lefebvrian re-conceptualization. *City*, 15(3-4): 473-481.
- Moliní F, Salgado M (2012) Sprawl in Spain and Madrid: A Low Starting Point Growing Fast. *European Planning Studies*, 20(6): 1075-1092.
- Mougeot L (2000) *Urban agriculture: definition, presence, potential and risks, and policy challenges*. International workshop on growing cities growing food: urban agriculture on the policy agenda – La Habana, Cuba. Report 31: 1-58.

- Mougeot L (2006) Cultivando mejores Ciudades: Agricultura urbana para el desarrollo sostenible. *Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo – Ottawa*: 1-137.
- Moustier P (1998) La complémentarité entre agriculture urbaine et agriculture rurale. In: Olanrewaju B Smith (ed.), *Agriculture urbaine en Afrique de l'Ouest: une contribution à la sécurité alimentaire et à l'assainissement des Villes*, Wageningen: CTA / Ottawa: IDRC.
- Mwamfupe DG (1994) *Changes in agricultural land use in the peri-urban zone of Dar es Salaam, Tanzania*. PhD thesis, University of Glasgow.
- Niwa N (2009) La nature en ville peut-elle être agricole? De la Suisse au Japon. *Urbia: les cahiers du développement urbain durable*, (8): 103-126.
- Papillon P, Dodier R (2011) Periurban forests shifting from recreation to wellness. *Journal of Alpine Research*, (99-3): 1-9.
- Pasini I, Minelli A, Fleury A (2012) *Initiatives agricoles comme antiprojet d'un projet d'urbanistes: Analysis of an agri-urban project: urban planners vs farmers? Projet de Paysage*. http://www.projetsdepaysage.fr/fr/initiatives_agricoles_comme_antipr_ojet_d_un_projet_d_urbanistes. Acesso em Fevereiro de 2014.
- Paul V, McKenzie F (2013) Peri-urban farmland conservation and development of alternative food networks: Insights from a case-study area in metropolitan Barcelona (Catalonia, Spain). *Land Use Policy* (30):1.
- Pedrazzini L (2011) Ámbitos periurbanos: Líneas guía paisajísticas para la gobernanza del território. *Europe in the Mediterranean*, 1-83.
- Pereira A (2013) *O conceito periurbano aplicado à Região Metropolitana de Curitiba*. Dissertação de mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- PERIURBAN (2013) Áreas periurbanas perante os desafios da sustentabilidade: desenvolvimento de cenários para a AML. FCT PTDC/AUR-AQI/117305/2010.
- Pequena Companhia (2015) <http://naturlink.sapo.pt/Lazer/Turismo-na-Natureza/content/Companhia-das-Lezirias-o-campo-as-portas-da-cidade?bl=1&viewall=true>. Acesso em Maio de 2015.
- Pinto R (2007) *Hortas urbanas: Espaços para o desenvolvimento sustentável de Braga*. Dissertação de mestrado em Engenharia Municipal, Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Braga.
- Pinto-Correia T (2007) Multifuncionalidade da paisagem rural: novos desafios à sua análise. *Inforgeo*, 67-71.
- PLUREL (2008) *Strategies and Substanability Assesment Tools for Urban-rural Linkages*. University of Copenhagen.

- Portas N, Domingues A, Cabral J (2011) *Políticas urbanas II: transformações, regulação e projectos*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pryor R (1968) Defining the Rural-Urban Fringe. *Social Forces* (47:2): 202-215.
- PUGROUP (2012) *Peri Urban Group of Rural Councils*. Australia.
- PURPLE (2014) *Peri urban regions platform Europe*. European Union.
- RAU (2013) Rede Portuguesa de Agricultura Urban e Periurbana.
- Raposo I, Cabannes Y (2013) Peri-urban agriculture, social inclusion of migrant population and Right to the City. *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, (17:2): 235-250.
- Ribeiro A (2009) *Empreendedorismo e formação para inovar na agricultura*. Dissertação de mestrado em Formação de Adultos, Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Rodrigues, M (2006) *Agricultura peri-urbana e ecossistemas mediterrânicos: Palmela e a sua vocação agro-florestal*. Dissertação de mestrado em Ordenamento do território e planeamento ambiental, Departamento de Ciências de Engenharia do Ambiente, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Rodrigues, M (2009) *A forma urbana em Portugal continental: aplicação de índices quantitativos na caracterização morfológica das cidades*. Dissertação de mestrado em Sistema de informações geográficas e modelação territorial aplicados ao ordenamento, Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Sé M (2010) *A agricultura na sustentabilidade social urbana numa sociedade em mudança*. Dissertação de mestrado em Engenharia Ecológica, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Silva E (2008) Partnership, Collaborative Planning and Urban Regeneration. *Regional Studies*, 42(10): 1404-1406.
- Silva S (2013) *Políticas e territórios da Agricultura biológica em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território. Faculdade de ciências sociais e humanas. Universidade Nova de Lisboa.
- Stevenson C (1996) *Market production and vegetables in the peri-urban area of Dar es Salaam, Tanzania*. Dar es Salaam: UVPP, Ministry of Agriculture and Co-operatives/GTZ.
- Swindell, K (1988). Agrarian change and periurban fringes in tropical Africa. *Rural Transformation in Tropical Africa*, Belhaven, London, pp. 98-115.
- Tacoli C (1998) Bridging the divide: rural-urban interactions and livelihood strategies. *International Institute for Environment and Development*. (SA77): 1-17.

- Tacoli C (1998) Rural-urban interactions; a guide to the literature. *Environment and Urbanization*, (10)1: 147-166.
- Teixeira J (2013) *A influência dos PDM na Transformação do Espaço Periurbano da Área Metropolitana de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Urbanismo e Ordenamento do Território, Técnico de Lisboa, Lisboa.
- Thareau B (2006) L'agriculture dans une dynamique urbaine: negociations autour d'usages du territoire. *Géographie Économie Société*, Vol. 8: 351-368.
- Veneri P, Burgalassi D (2012) Questioning polycentric development and its effects. Issues of definition and measurement for the Italian NUTS-2 regions. *European Planning Studies*, 20(6): 1017-1037.
- Wheeler S (2009) Regions, megaregions, and sustainability. *Regional Studies*, 43(6): 863-876.
- Zonneveld W, Stead D (2007) European territorial cooperation and the concept of urban–rural relationships. *Planning, Practice & Research*, 22(3): 439-453.

ANEXO

Entrevistas

Entrevista aos Produtores Associados à AGROBIO

Inquiridor: Flávio Aparecido

Concelho		Freguesia	
----------	--	-----------	--

Identificação entrevistado

Sexo	F	M	Nome	Idade
------	---	---	------	-------

Caracterização

1. Quantos adultos responsáveis do domicílio? (grau de parentesco)

.....

2. Quantas outras pessoas vivem na quinta ?

Nome	Sexo	Idade	Relação de parentesco	Nível de escolaridade

3. Qual é o seu nível de escolaridade ?

4. Pertence a alguma:

	Associação		Grupo religioso
	Cooperativa		Outra
	Partido político		Nenhuma organização

5. Há quanto tempo está na quinta?

.....

6. Sempre morou no meio rural? ☐ Sim ☐ Não

7. Onde você morava antes?

8. Onde nasceu?
9. Quando a razão da migração?
10. Porque você escolheu o local atual?
11. Como adquiriu o lote?
12. É o primeiro ocupante do lote ? ☐ Sim ☐ Não.
- 13.1. Se não, quantos vieram antes?
14. Qual era o estado do lote quando chegou ?

	100% de mata virgem
	Mata e area aberta. Porcentagem:
	100 % de área aberta

Sistema de produção

15. Quais são as atividades que você fez no lote?
- Reflorestamento ;
- Desmatção (com/sem autorização do órgão ambiental) ;
- Exploração de madeira (com/sem autorização) :
- Queimada (com/sem autorização) ;
- Caça de animais silvestre (com/sem autorização);
- Pesca

16. Qual é o destino final do seu lixo e esgoto?

	Queima		Usa como adubo
	Coleta coletiva		Fossa séptica
	Não trata		Outro

17. Quais são as máquinas e tecnologias utilizadas na atividade agrícola?

	Trator		Motoserra
	Roçadeira		Sistema de irrigação
	Colheitadeira		outras....

18. Qual é o seu meio de transporte ?

	Carro		Autocarro
	Moto		nenhum
	Cavalo		outras....

19. Contrata mão de obra ?

☐ Sim, o ano todo. ☐ Sim, para trabalhos pontuais. ☐ Não

20. Quais são as principais culturas comercializadas?

Cultura	Produz			Transforma (como)	Vende (para onde)
	Área plantada (ha)	Produção (kg/ha)	Renda (€)		

21. Quais são as características do uso do solo / métodos de conservação do solo ?

	Pratica	Desde quando? Com assistência? Por qual motivo? Problemas?
	Rotações de cultura com/sem pousio	

	Plantio consorciados	
	Plantio em Sistema AgroFlorestal	
	Terraceamento, Curva de nível...	
	Plantio direto na palha	
	Uso de adubos químicos ou orgânicos (especificar)	

22. Já abandonou alguma cultura ?

☐ Não ☐ Sim. Quais e por qual razão ?.....

23. Qual é a origem das sementes e mudas que usa?

	Compra em lojas agropecuárias		Própria produção (na floresta?)
	Aquisição em viveiros locais. Qual viveiro?		Recebe do governo
	Aquisição dos vizinhos		De alguma associação. Qual?

24. Quais são as outras atividades que você pratica na quinta?

S/N	Tipo	Vende?	S/	Tipo	Vende?
	Criação de galinha			Piscicultura	
	Criação de porcos			Apicultura	
	Criação de cabra/carneiro			Artesanato	

Atividade Familiar

25. A família consome produtos da floresta ?

☐ Não ☐ Sim. Quais ? (caça, pesca, coletas, material, plantas medicinas, outros...)

26. Você consegue a sustentar a alimentação da sua família com a sua própria produção?

☐ Não ☐ Sim

27. De tudo o que produz, o que é mais rentável?

<input type="checkbox"/>	Produção agrícola	<input type="checkbox"/>	Pecuária
<input type="checkbox"/>	Outra		

28. Você ou alguém da família trabalha fora da quinta? ☐ Sim ☐ Não

29. Que tipo de trabalho?

<input type="checkbox"/>	Comércio	<input type="checkbox"/>	Trabalhador rural
<input type="checkbox"/>	Indústria		
<input type="checkbox"/>	Trabalhador numa outra indústria		

30. Possui outro tipo de renda?

<input type="checkbox"/>	Reforma
<input type="checkbox"/>	Subsídio governamental
<input type="checkbox"/>	Crédito bancário
<input type="checkbox"/>	Outra....

31. AGROBIO e meio ambiente

Como conheceu a AGROBIO? Quais são seus objetivos?

Como vê relação da atividade biológica com as mudanças climáticas?

Você acha que a natureza está degradada no quinta? (água, animais, chuva, temperatura...)

Entrevista com a Direção da AGROBIO

Concelho		Freguesia	
----------	--	-----------	--

Identificação entrevistado

Sexo	F	M	Nome	Cargo
------	---	---	------	-------

1.Como iniciou a associação?
2. Como se dá a gestão da organização?
3. Quantos associados possui?
4. Há fornecimento de apoio além de produtos aos agricultores?
5. Há algum tipo de internacionalização? (Clientes no estrangeiro, frequência da participação em feiras internacionais, assistência técnica, certificação)
6. O Estado proporciona algum incentivo?
7. Quais são os projetos além da produção biológica? Ex. Acesso e crédito a terra.
8. Algum produto tem maior peso na comercialização? Quais são os nichos de mercados preferenciais e em qual produto?
9. Quais são as maiores dificuldades e quais são as iniciativas para superá-las